Platô

REVISTA DO INSTITUTO INTERNACIONAL
DA LÍNGUA PORTUGUESA

número 04
volume 2
2013

A LÍNGUA PORTUGUESA NAS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

Colóquio Internacional
Luanda.

Palô
REVISTA DO INSTITUTO INTERNACIONAL DA LÍNGUA PORTUGUESA
número 04
volume 3
2013

Contato:
Instituto internacional da Língua Portuguesa (IILP)
Av Andrade Corvo, nº 8
Plateau, Cidade da Praia - Cabo Verde
Telefone: (238) 261 95 04
www.iilp.org.cv
www.riilp.org
e-mail: revistariilp@gmail.com

Colóquio Internacional de Luanda:
A Língua Portuguesa nas Organizações Internacionais

Volume 2 Número 4 2013

Gilvan Müller de Oliveira
Rosângela Morello
(organizadores)

Editores
Gilvan Müller de Oliveira
Rosângela Morello

Secretaria Executiva
Denise Fonseca

Comitê editorial
Ana Isabel Soares (Instituto Camões, Portugal)
António Branco (Universidade de Lisboa, Potugal)
Clémence Jouët-Pastré (Universidade de Havard, Estados Unidos da América)
Emir José Suaiden (Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia/IBICT, Brasil)
Gregório Firmino (Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique)
Guadelupe Teresinha Bertussi (Universidade Pedagógica do México, México)
Manuel Monteiro da Veiga (Universidade de Cabo Verde, Cabo Verde)
Maria José Grosso (Universidade de Macau, Macau)

Equipe Técnica
Rosângela Morello: supervisão técnica
Rosângela Morello e Denise Fonseca: revisão
Ana Paula Seiffert: divulgação
Felipe de Almeida: design gráfico
Vanessa de Luca Bortolato: design gráfico

Ficha catalográfica (em tramitação)
Revista do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (RIILP) - Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP) - V.3, N.4 (2013), Cidade da Praia, Cabo Verde: Editora do IILP, 2012

Semestral
ISSN: 2311-6625 on line

Arte da capa: Felipe Almeida e Vanessa de Luca

1. Língua Portuguesa - Periódicos. 1. Instituto Internacional da Língua Portuguesa
Todos os direitos autorais estão reservados a RIILP/IILP

ÍNDICE

04 APRESENTAÇÃO: A LÍNGUA PORTUGUESA NAS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS
Gilvan Müller de Oliveira e Rosângela Morello

08 LÍNGUA PORTUGUESA: O ECUMENISMO COMO HORIZONTE
José Filipe Pinto

20 O FÓRUM DE COOPERAÇÃO ECONÓMICA E COMERCIAL ENTRE A CHINA E OS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA: FÓRUM DE MACAU.
Joaquim Pereira da Gama

28 CRIANDO A REGIÃO INTELIGENTE: O CASO DO PORTUGUÊS NA COMUNIDADE DO DESENVOLVIMENTO DA ÁFRICA AUSTRAL (SADC)
Armando Jorge Lopes

42 POLÍTICAS LINGUÍSTICAS E POLÍTICAS EDUCACIONAIS: OS ESPAÇOS DO PORTUGUÊS NO MERCOSUL.
Eliana Rosa Sturza

52 TECNOLOGIAS E INSTRUMENTOS LINGUÍSTICOS PARA A PRESENÇA DO PORTUGUÊS NOS ORGANISMOS: TERMINOLOGIA EM LÍNGUA PORTUGUESA
Maria da Graça Krieger

60 AS TERMINOLOGIAS TÉCNICAS E A TRADUÇÃO COMO FERRAMENTAS DE TRABALHO NOS ORGANISMOS [INTER]NACIONAIS: O CASO DA TERMINOLOGIA TÉCNICA DA SEGURANÇA SOCIAL
Márcio Undolo

78 CARTA DE LUANDA

80 PROGRAMA DO EVENTO

APRESENTAÇÃO

A LÍNGUA PORTUGUESA NAS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

Gilvan Müller de Oliveira e Rosângela Morello

A relevante questão da Língua Portuguesa nas Organizações Internacionais constitui o tema do número 4 da Revista do Instituto Internacional da Língua Portuguesa – Platô.

Os seis textos aqui apresentados resultaram dos trabalhos do *Colóquio Internacional de Luanda sobre o Português nas Organizações Internacionais*, realizado pelo Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), de 03 a 05 de Julho de 2012, com financiamento e coorganização do Governo Angolano. Cerca de 25 especialistas, altos funcionários técnicos de organizações em que a língua portuguesa é oficial ou em que pretende sê-lo e representantes do corpo diplomático apresentaram as suas análises no âmbito do encontro, frequentado por um público de cerca de 90 pessoas.

Com esta publicação encerra-se a primeira fase da existência da revista que, conforme anunciado na sua proposta editorial, teria os quatro primeiros números destinados às discussões dos Colóquios Internacionais do IILP no período 2011-12, e que se pretendiam momentos de reflexão preparatórios à II. *Conferência Internacional sobre o Futuro do Português no Sistema Mundial*, realizada em Lisboa, finalmente, em outubro de 2013.

Os quatro colóquios, e consequentemente os quatro primeiros números da Revista, abarcaram os pontos estratégicos do *Plano de Ação de Brasília para a Promoção, Difusão e Projeção da Língua Portuguesa* (PAB), fruto da *I. Conferência Internacional sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial*, ocorrido na capital brasileira em março/abril de 2010 e aprovado no âmbito da Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo da CPLP, ocorrido em Luanda em julho de 2010.

Além da problemática deste número 4, a Platô focalizou a diversidade linguística no seio da CPLP, isto é, a situação e as políticas dos Estados Membros para com as 390 línguas faladas nos seus territórios e que coabitam com o português (Colóquio Internacional de Maputo, Platô número 1); a língua portuguesa nas diásporas (Colóquio Internacional da Praia, Platô número 2) e a língua portuguesa na Internet e no Mundo Digital (Colóquio Internacional de Guaramiranga, Platô número 3). No total, até o momento, publicamos 33 textos, incluindo os textos das Cartas de cada Colóquio, sobre os referidos 4 pontos estratégicos definidos pelos Estados Membros no PAB.

Os seis textos aqui apresentados colocam em evidência a atual gestão da língua por instituições como a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), o Fórum de Macau, a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) ou o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e tratam de iniciativas que vêm sendo implementadas em âmbitos regionais e por agências especializadas para a valorização do português em particular e do multilinguismo em geral. São reveladores da visão que cada organização tem sobre o valor da língua como ativo diplomático e econômico, bem como das diferentes estratégias que cada uma desenvolve.

A importância de uma visão abrangente da língua portuguesa para cimentar iniciativas concertadas e de largo alcance no quadro das organizações internacionais é o tema central da reflexão de José Filipe Pinto. Intitulado *Língua portuguesa: o ecumenismo como horizonte*, o texto traz uma análise dos propósitos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e avança na definição de estratégias que permitem reforçar uma perspectiva pluricêntrica para a gestão da língua portuguesa.

No campo das políticas implementadas por blocos econômicos, Joaquim Pereira da Gama apresenta os objetivos, a estrutura e as atividades principais do *Fórum de Cooperação Econômica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa: Fórum de Macau*, e indica pontos que podem ampliar a articulação, através da língua, entre os países membros do Fórum.

Nesta mesma direção, situa-se também a reflexão de Armando Jorge Lopes sobre o *Português na Comunidade do Desenvolvimento da África Austral* (SADC), para quem a valorização do português nos domínios oficial, comercial, técnico e cultural requer uma planificação que esteja atenta ao entrelaçamento dos valores e atitudes atribuídos a essa e as outras línguas dos países membros.

Uma análise circunstanciada das políticas linguísticas do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) é realizada por Eliana Rosa Sturza em *Políticas Linguísticas e Políticas Educacionais: os Espaços do Português no MERCOSUL*. Trazendo um histórico sobre a implementação de políticas linguísticas neste espaço de cooperação, a autora destaca alguns avanços, como o da criação de novos programas de ensino das línguas da região nos sistemas escolares, a partir do desenvolvimento de legislação sobre a oferta das línguas oficiais (português e espanhol), e a institucionalização do guarani, ao lado do português e do espanhol, como língua de trabalho, no âmbito da tendência ao reconhecimento da diversidade linguística voltada ao fortalecimento da integração entre os países que conformam o bloco. Para Sturza, os espaços da língua portuguesa, neste contexto, podem ser observados desde sua presença histórica em territórios fronteiriços até a atual condição de economia emergente do Brasil que faz com que a língua tenha um novo atrativo e valor para cidadãos que se movem no MERCOSUL e além.

Por fim, os dois últimos textos tematizam a instrumentalização do português através da elaboração e aprofundamento de terminologias especializadas.

Maria da Graça Krieger, em *Tecnologias e Instrumentos Linguísticos para a Presença do Português nos Organismos: Terminologia em Língua Portuguesa*, contextualiza a relevância das terminologias como instrumentos político-linguísticos. Argumenta que o conhecimento e o uso compartilhado das terminologias contribuem para evitar ruídos, tornando a comunicação profissional mais eficiente. Quando organizadas e devidamente divulgadas, especialmente, se forem bi ou multilíngues, favorecem o incremento das relações internacionais, dos intercâmbios científicos, tecnológicos e culturais, além das transações do mundo dos negócios. Daí a importância de organizar e compatibilizar as diferentes variantes terminológicas do português da CPLP para registrá-las e divulgá-las em um banco de dados de terminologias comuns.

Marcio Undolo, discorrendo sobre as *Terminologias Técnicas e a Tradução como Ferramentas de Trabalho nos Organismos [inter]nacionais: o Caso da Terminologia Técnica da Segurança Social*, reflete sobre a situação em que se apresenta a terminologia técnica do Centro de Informação em Proteção Social (CIPS) da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e sua relação com as atividades de tradução.

Ao final, poder-se-á ler a *Carta de Luanda* que, como suas congêneres nos demais eventos do IILP, foi preparada em conjunto pelos participantes do Colóquio de Luanda e avança uma série de sugestões e recomendações para a valorização e legitimação da língua portuguesa nos espaços institucionais internacionais. A presença e a oficialidade da língua portuguesa nas organizações internacionais é, ao mesmo tempo, uma necessidade para a plena participação da nossa comunidade linguística no funcionamento do sistema decisório global e um sintoma do peso e da relevância desta mesma comunidade no mundo.

Gilvan Müller de Oliveira e Rosângela Morello

LÍNGUA PORTUGUESA: O ECUMENISMO COMO HORIZONTE

José Filipe Pinto

Sobre o autor

José Filipe Pinto
Diretor dos Mestrados em Diplomacia e Relações Internacionais e em Ciência Política, Cidadania e Governação e da Licenciatura em Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (ULHT).
Contato: jofipinto@gmail.com

Resumo

Como a designação deixa perceber a língua assume-se como o principal cimento aglutinador da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). No entanto, os membros da comunidade ainda não conseguiram rentabilizar devidamente esse ativo, situação a que não é alheia alguma falta de vontade política.

Esta comunicação pretende caraterizar a situação presente da Língua Portuguesa nas grandes organizações internacionais e apontar estratégias visando a valorização desse estatuto.

Palavras-chave

Lusofonia, Língua portuguesa, Língua oficial, Língua de trabalho, Políticas de língua.

José Filipe Pinto

1. Contextualização

A temática do relacionamento entre os povos e as línguas não é nova e oscila entre duas posições claramente antagónicas.

Uma delas defende que os povos não têm caraterísticas próprias devido à língua que falam, mas, pelo contrário, é o idioma que se assume como um reflexo das caraterísticas do povo que o usa como instrumento de comunicação.

A outra aceita que as línguas têm vida, caráter ou espírito. Trata-se de uma visão que remonta, pelo menos, à Alemanha do século XIX e aos trabalhos de Wilhelm Humboldt e Herder. Na mesma linha, mas já no século XX, os norte-americanos Edward Sapir e Benjamin Whorf defenderam que cada língua trazia em si uma mundividência que não era passível de tradução completa para qualquer outra, posição que teve seguidores em Portugal, designadamente Teixeira de Pascoaes e António Quadros.

Daí que a palavra «saudade» só pareça fazer sentido quando pronunciada na Língua Portuguesa, mesmo que cantada como «sodade» na voz inesquecível de Cesária Évora.

No que concerne à Lusofonia, talvez seja possível identificar uma posição intermédia e dizer que entre a língua e os povos se foi estabelecendo, embora a ritmos diferentes - como Venâncio (1996, pp. 153-154), afirma, "a lusofonização não foi igual em toda a parte", uma vez que a "consciencialização cultural e literária das elites" do «hinterland» de Luanda, da cidade de Benguela, do Nordeste brasileiro e de Cabo Verde foi muito superior ao nível atingido nos restantes pontos do Império" –, uma espécie de cumplicidade simbiótica ao ponto de qualquer referência à Lusofonia estar proibida de dispensar a dimensão da língua.

Uma língua que, embarcada em caravelas e naus, aproximou continentes e aprendeu a mestiçar-se, pois uma coisa é a norma imposta pela política oficial de um Império de administração direta e centralizada, e coisa bem diferente a mundividência resultante do contacto entre os povos e da forma portuguesa de estar no Mundo.

Na verdade, se a língua nunca é neutra porque transporta valores, não é menos verdade que a Língua Portuguesa soube usar esse contributo como fonte de enriquecimento ao integrar no seu vocabulário termos oriundos de várias regiões, em especial as africanas.

Mestiçagem que leva, por exemplo, ao erro – muito frequente, mesmo a nível académico – de confundir os conceitos de «língua» e de «expressão», como a designação de «Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa»[2] deixa bem claro.

De facto, numa mesma língua – a portuguesa – cabem várias expressões – angolana, brasileira, cabo-verdiana, guineense, moçambicana, portuguesa, santomense e timorense.

[2] Aliás, este é o título de uma obra editada em 1995 pela Universidade Aberta e da autoria de um conceituado investigador das temáticas africanas, Manuel Laranjeira Rodrigues de Areia.

Ainda nesta breve reflexão inicial, importa deixar bem nítido que a língua portuguesa representa o elemento mais seguro para garantir a continuidade da CPLP, essa comunidade cujo primeiro sucesso foi ter conseguido manter vivo o sonho de José Aparecido de Oliveira, apesar do desinvestimento inicial proveniente da falta de vontade – e de visão – política de quem não percebeu que a Lusofonia não representava – como continua a não representar – um muro mas uma ponte[3].

Aliás, mesmo recusando a sinonímia – redutora e perigosa – entre «preço» e «valor», talvez valha a pena frisar que a importância da língua não se mede apenas a nível imaterial porque um estudo, ainda recente, encomendado pelo Instituto Camões ao ISCTE[4], evidenciou que a Língua Portuguesa representava 17 por cento do Produto Interno Bruto (PIB) de Portugal e que o peso dos Estados membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) era de 4 por cento no PIB mundial, valor que outro estudo, da responsabilidade do Espírito Santo Research, elevaria para 4,6%.

Feita esta breve contextualização, é tempo de passar para o tema central da comunicação, ou seja, o papel da Língua Portuguesa nas Organizações Internacionais, como forma de aquilatar a validade da profecia de Fernando Pessoa segundo a qual a Língua Portuguesa seria uma das poucas línguas potencialmente universais do século XXI, atendendo a que era falada em quatro continentes e tinha entre os seus falantes um grande país, o Brasil. Um idioma que pertence ao grupo restrito das cerca de 100 línguas que dispõem de forma escrita.

2. O Papel da Língua Portuguesa nas Organizações Internacionais

Em publicação anterior[5] e de acordo com as fontes então consultadas, referi que a Língua Portuguesa era a língua oficial de oito países de quatro continentes, a língua de uso em Macau e Goa, a língua de comunicação de doze Organizações Internacionais[6], o idioma obrigatório nos países do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), a língua oficial da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) e a língua suporte de identificação de comunidades lusófonas, e não apenas portuguesas, da diáspora espalhadas por todos os continentes.

[3] A ação desenvolvida pelo embaixador José Aparecido de Oliveira no sentido da criação da Comunidade de Países de Língua Portuguesa assumiu a forma de missão, tal o empenho que colocou no projeto e as dificuldades que se viu obrigado a enfrentar e vencer. Por isso se justifica o título da obra *José Aparecido, o homem que cravou uma lança na lua*, editada pela Trinova Editora no ano de 1999.

[4] O investigador João Paulo Esperança explicou na 6.ª Conferência anual da Federação Europeia dos Institutos Nacionais de Língua (EFNIL), realizada em Lisboa em 13 de novembro de 2008, os aspetos metodológicos e concetuais deste estudo e os modelos que tinham sido tomados em linha de conta para a realização do mesmo.

[5] Estratégias da ou para a Lusofonia? O futuro da língua portuguesa., editada pela Prefácio em 2007.

[6] As principais Organizações são: União Europeia (UE), União Africana (UA), United Nations Educational, Scientif and Cultural Organization (UNESCO), Organização dos Estados Americanos (OEA), União Latina (UL), Aliança Latino-Americana de Comércio Livre (ALALC), Organização do Estados Iberoamericanos (OEI), União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMOA) e Países de África, Caraíbas e Pacífico (ACP).

O distanciamento temporal – ainda que curto – permite constatar que esta situação não conheceu desenvolvimentos significativos, embora, por motivos religiosos, se pudesse explicitar na lista a condição de língua oficial da Santa Sé e não parecendo necessário, por razões óbvias, indicar a CPLP, os PALOP e a Associação dos Comités Olímpicos de Língua Portuguesa (ACOLOP), uma organização não-governamental.

Novidade foi a decisão da Guiné-Equatorial de adotar, por decreto do Presidente Teodoro Obiang datado de 20 de julho de 2010, o Português como língua oficial, uma vez que apresentou o pedido no sentido de passar do estatuto que na atualidade detém na organização – Observador Associado – para membro efetivo ou de pleno direito da CPLP e essa é uma condição estatutariamente indispensável - artigo 6.º.

Na verdade, aquela que é considerada a «Casa da Humanidade», a Organização das Nações Unidas (ONU), apesar de ter aberto as portas para a celebração do «Dia da Língua Portuguesa» em Maio de 2012, ainda não reconheceu ao Português o estatuto de língua oficial, a despeito da existência de petições a nível multilateral, no espaço da Lusosfera, ou do compromisso nesse sentido celebrado em Nova Iorque, em setembro de 2008, entre os oito Estados-membro da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Esta questão assume grande pertinência, pois é conhecida a dimensão da constelação onusiana, embora haja autores, como Bertrand (2004), que recusam considerá-la um sistema, uma vez que colocam a tónica na independência – e não na interdependência – das agências que dependem do Secretário-Geral.

Por isso, quando os meios de comunicação social dedicaram grandes espaços de informação às palavras do então representante de Portugal, Manuel Maria Carrilho e à «exigência» do representante permanente do Brasil na UNESCO, embaixador João Carlos de Souza-Gomes, no debate geral da 35ª Sessão da Conferência Geral, realizada em Paris no dia 9 de outubro de 2009, para a inclusão da língua portuguesa entre as línguas de trabalho da organização, ou quando o delegado permanente de Angola, embaixador Jaka Jamba, manifestou a sua incompreensão pelo facto de o Português não ser ainda uma língua oficial nas organizações internacionais, tudo não passava de manifestações públicas de desagrado resultantes da distância que separava – situação que, infelizmente, ainda persiste – a realidade das potencialidades da Língua Portuguesa[7].

Distância que os países lusófonos pretendiam ver esbatida porque a recomendação para a ação visando a inclusão que acabou de ser referida tinha sido feita durante a XIV Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da CPLP, evento realizado em Cabo Verde, nos dias 19 e 20 de julho de 2009.

[7] Ainda neste âmbito, convirá lembrar que o Presidente da República Portuguesa, Aníbal Cavaco Silva, no seu discurso na sede da ONU, em novembro de 2011, defendeu que o Português merecia há muito o estatuto de língua oficial da organização. Talvez por isso tenha discursado na língua de Camões, Jorge Amado, Craveirinha, Luandino Vieira…

Aliás, apesar de alguma tendência da costela supranumerária lusófona para «evitar» o rigor objetivo dos números, na conjuntura de então já se sabia que a adoção do Português como língua de trabalho da UNESCO implicaria um investimento – coisa bem diferente de despesa – de 5 milhões de dólares, verba que o já mencionado representante brasileiro, em nome do governo do seu país, se manifestou disposto a cobrir de forma a evitar custos adicionais para o orçamento da organização.

Este investimento, que esteve longe de constituir a regra durante a fase de criação do IILP e da CPLP[8], mostrava que, finalmente, os países lusófonos se tinham apercebido da necessidade de uma aposta numa estratégia assente na língua, sendo que esta temática não representava uma novidade como a realização de vários congressos provam à saciedade.

Num desses congressos, promovido pela Fundação Calouste Gulbenkian em Lisboa, no ano de 2004, um dos painéis intitulado «Políticas da Língua Portuguesa» contou com uma introdução de Eduardo Prado Coelho e as comunicações de Adriano Moreira, Vasco da Graça Moura e António Vitorino.

Para o livro do desassossego lusófono, importa saber que Adriano Moreira (2004: 289) iniciou a sua intervenção com as seguintes palavras: "Gostaria de começar dizendo que a falta de política também é uma política: entregar a evolução à natureza das coisas", palavras pensadas e sofridas e que parecem ter funcionado como alerta, tal como os dois exemplos, melhor, «estudos de caso» apresentado por António Vitorino.

O primeiro sobre a falta de estratégia de uma angustiada língua francesa para fazer face à superioridade crescente do inglês a nível da União Europeia.

O segundo para recordar que a Inglaterra, em 100 anos de presença em Hong-Kong, tinha criado um sistema de ensino público do inglês e permitira o acesso das comunidades locais chinesas ao mesmo enquanto Portugal, que chegou a Macau em 1513, entregou o ensino da sua língua à igreja católica, embora não tenha dado conta que, no Oriente, essa igreja contava com "as várias Ordens Religiosas, Padres Laicos e a Companhia de Jesus com missionários portugueses [que] elaboraram cadernos, livros e gramáticas de estudos de línguas"[9].

No entanto, em contradição com esse desinvestimento oficial português numa política de língua, talvez se imponha recordar que a atual tentativa de promoção internacional da Língua Portuguesa representa, afinal, a recuperação de uma importância que esta já teve porque, como afirma Valkoff[10], o Português começou a tornar-se uma língua franca na costa ocidental de África na segunda metade do século XV e, só no século XVIII, se iniciou o processo que a levaria a perder proeminência.

[8] Talvez interesse recordar que a criação do IILP foi anterior à da CPLP. O IILP foi criado em São Luís do Maranhão em novembro de 1989. A CPLP foi instituída em Lisboa no dia 17 de julho de 1996.

[9] Citação feita a partir do manuscrito «Pequeno apontamento sobre a Língua Portuguesa como língua franca no Oriente», da autoria de Manuel Batalha e gentilmente disponibilizado pelo autor.

[10] VALKOFF, 1966.

Além disso, o Português assumiu-se como a língua dos negócios nas costas do Oceano Índico nos séculos XVI, XVII e XVIII e, como tal, os outros europeus viram-se obrigados a celebrar os contratos em Língua Portuguesa[11]. Por isso, não admira que a tentativa holandesa para limitar o uso do Português em Ceilão se tivesse virado contra si, pois, como o governador holandês constatou e reportou, qualquer europeu que se quisesse fazer compreender naquelas paragens teria de fazer uso da língua portuguesa.

É tempo de retomar à questão da dimensão transnacional ou multilateral da política da Língua Portuguesa[12], aquela que deverá ser desenvolvida no âmbito da CPLP, ou seja, pelo IILP, qualificado pela anterior Diretora Executiva, Amélia Mingas, como «esse grande desconhecido»[13] , situação que a personalidade que a substituiu no cargo, Gilvan Muller de Oliveira, se tem esforçado – com resultados já visíveis – por alterar.

Ora, a primeira constatação a fazer prende-se com a inevitabilidade de tudo depender da vontade política dos Estados-membros daquela que bem poderia designar-se por Comunidade Lusófona, pois ao encurtamento do nome corresponderia um aumento das regiões e povos abrangidos pelo conceito.

Vontade necessária para a afetação dos recursos humanos e materiais necessários à sua efetiva implementação[14], pois sem esses meios não é possível atingir um grau de visibilidade suscetível de garantir retorno.

Vontade que nem sempre tem existido como pode ser demonstrado pela dificuldade – que continua a persistir – numa completa implementação do Acordo Ortográfico. Um processo onde o desacordo tem levado a palma ao consenso, tantas têm sido as manifestações de uma visão patrimonialista da língua, esquecidas que a língua pertence a quem a fala e que esse uso, ao mesmo tempo que lhe dá vida, torna inevitável a mudança.

Que o português teve a sua génese no latim é inquestionável. Querer ou parecer desejar que a língua portuguesa assuma uma condição muito próxima daquela que carateriza o latim na atualidade – uma língua morta – já é bem menos consensual.

Os países lusófonos sabem bem que tem sido através da união que têm conseguido concretizar a nível internacional os objetivos individuais, de que a nomeação de Portugal para o Conselho de Segurança constitui o mais recente exemplo e de que a entrada – possível, desejável, mas não garantida[15] – do Brasil para membro permanente desse órgão poderá vir a ser uma grande vitória da Lusofonia e da Língua Portuguesa.

---

[11] Sobre esta questão consulte-se Lopes, D. (1936). A expansão da Língua Portuguesa no oriente durante os séculos XVI, XVII e XVIII. Barcelos: Portucalense Editora.

[12] Cada um dos membros da CPLP tem a sua política interna e uma política internacional da língua.

[13] Afirmação que corresponde ao título da sua autoria e que faz parte de uma publicação da responsabilidade da CPLP.

[14] Sobre esta problemática importa ler a Oração de Sapiência proferida por João Malaca Casteleiro nas Jornadas do Mar 2000 e intitulada «A vocação transoceânica da língua portuguesa».

[15] Convém ter presente os esforços do Coffee Club no sentido de impedir a entrada de vizinhos – os inimigos históricos de estimação – no Conselho de Segurança. Ora, a Argentina é um dos países que integra esse grupo. Também o México tem sido apontado como um país pouco adepto da pretensão brasileira.

A unidade – conceito que não se revê na unicidade redutora – terá, assim, de se assumir como a pedra de toque para a definição de uma estratégia que garanta um futuro à Língua Portuguesa num Mundo globalizado, feito de interdependências, ainda que assimétricas, e onde a pertença às Organizações Internacionais implica a reformulação do conceito de «soberania» teorizado por Jean Bodin, acrescentando-lhe – embora com sentido limitativo – a expressão «de serviço».

Um fluxo de transferência de soberania tanto mais intenso quanto maior for a dimensão federalista da organização.

Mundo onde a Nova Economia, a um ritmo quase vertiginoso, se encarrega de tornar obsoletos os modelos anteriores, turbilhão a que as políticas linguísticas não podem escapar e que conduzirá a um inevitável reposicionamento dos centros de gestão das línguas.

Neste ponto convém ter presente que a Língua Portuguesa também passou a fazer parte da estratégia de países não lusófonos, Por isso, na República Popular da China, e não apenas por força da secular presença portuguesa em Macau, 16 universidades já dispõem de licenciaturas na nossa língua, sendo que a tendência aponta no sentido de um incremento dessa oferta.

Face ao exposto, qualquer estratégia visando a visão prospetiva do papel da Língua Portuguesa nas Organizações Internacionais aconselha – para não dizer «exige» - a aceitação de três ideias-chave.

Assim, em primeiro lugar, importa reconhecer que a Língua Portuguesa se inscreve naquilo que é designado como o património imaterial da Humanidade. Uma Humanidade insegura que vê a «Geografia da Fome» de Josué de Castro avançar para Norte em vez de assistir à descida em latitude da prosperidade e do bem-estar exigidos pela condição humana.

Num Mundo inquieto, impõe-se o apelo aos valores que identificam o património comum. Afinal, no princípio era o verbo[16].

Ora, só essa consciencialização, ao mesmo tempo regional e nacional, poderá levar cada um dos Estados-membros da CPLP a perceber a pertinência de uma política própria de língua, tanto a nível nacional, como internacional.

Depois, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), sem deixar de ser uma comunidade **de** língua, é, também, uma comunidade **da** língua, posição defendida por Santos Neves e assumida pela CPLP quando decidiu integrar o Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP) nos seus órgãos.

[16] Isto significa que também às principais línguas autóctones faladas no continente africano e, neste caso, nos PALOP, deve ser dado igualmente um papel de relevo – como muitos pensadores africanos já chamaram a atenção – para a construção de uma identidade nacional.

No entanto, a este nível exige-se uma reflexão profunda sobre o relacionamento entre a CPLP e o IILP[17], condição indispensável para a definição de uma política transnacional ou multilateral da Língua Portuguesa que não negligencie no futuro a valorização das principais línguas locais. Línguas que são muito numerosas, como a Carta de Maputo relativa à diversidade linguística nos países da CPLP deixou bem claro e que merecem, tal como os seus falantes, ser tratadas com o respeito.

Finalmente, a Lusosfera não se resume aos Estados-membros da CPLP, uma vez que, para além dos três círculos concêntricos da Lusofonia traçados por Fernando Cristóvão, existe o ativo decorrente da diáspora lusófona, um contingente espalhado pelos cinco continentes, aberto às realidades das sociedades de acolhimento, mas sempre saudoso – e orgulhoso – da matriz original ou identitária.

Só a assunção por inteiro destas premissas, poderá permitir uma política linguística suscetível de assegurar à língua comum, neste caso a portuguesa, um lugar – oficial ou de trabalho – nos principais *fora* internacionais, situação que não se afigura fácil.

Na realidade, uma coisa é ser língua oficial ou de trabalho desde o início de uma organização internacional e outra, bem diferente, é obter esse estatuto a *posteriori,* desde logo devido à inexistência de um critério para conseguir esse desiderato, apesar da possibilidade de recurso a indicadores objetivos, como o número de falantes de uma língua ou o número de países onde essa língua é oficial.

Neste ponto, importa proceder a uma breve clarificação sobre as diferenças entre as línguas oficiais e as línguas de trabalho tendo como *corpus* a Organização das Nações Unidas.

Na verdade, como a Carta da ONU foi escrita em cinco línguas – francês, inglês, russo, espanhol e chinês – e todas as versões dispunham de igual valor, poder-se-ia pensar que todas essas cinco línguas eram línguas oficiais e de trabalho da organização. No entanto, tal não corresponde à realidade porque na ONU uma língua pode ser oficial e não ser de trabalho.

Assim, a primeira sessão da Assembleia Geral da ONU, realizada em 1946, considerou essas cinco línguas como oficiais para todos os órgãos da organização, exceto o Tribunal Internacional de Justiça, mas reservou a qualidade de língua de trabalho apenas para duas delas – o francês e o inglês – Resolução 2 (1), annex 1.

No entanto, as outras três línguas oficiais não desistiram da pretensão de também elas virem a ser línguas de trabalho, objetivo que viriam a conseguir, embora em momentos diferentes.

[17] Esta é uma questão pertinente, tal como aquela que se prende com o facto de a CPLP dispor de um Secretário Executivo e não de um Secretário Geral, situação que não se verifica nas outras duas grandes comunidades baseadas na partilha da língua, a Commonwealth e a Organização Internacional da Francofonia (OIF). Como parece lógico, o uso do qualificativo «Executivo» remete para uma dimensão mais a nível da execução do que da conceção, situação que se revela passível de acarretar limites à ação, tendo em conta uma metodologia e uma praxis de projeto. Além disso, se a CPLP conta com um Secretário Executivo, não admira que o IILP seja dirigido por um Diretor Executivo.

O espanhol em 11 de dezembro de 1948 – Resolução 262 (III), artigo 44 e visando a Assembleia Geral, comités e subcomités – o russo em 1968 – Resolução 2479 (XXIII), destinada à Assembleia Geral[18]– e o chinês em 1973 – Resoluções 3189 (XXVIII), visando a Assembleia Geral e o Conselho de Segurança e 3191 (XXVIII) para os comités e subcomités da Assembleia Geral.

A ONU viria a admitir, ainda, o árabe como língua oficial e de trabalho, através da Resolução 3190 (XXVIII) (1973), sendo que a condição de língua de trabalho dizia respeito à Assembleia Geral e aos "Main Committees", ou seja, não se aplicava nem ao Conselho de Segurança nem aos subcomités da Assembleia Geral, situação que viria a ser corrigida em 1980.

Entretanto, em 1977, já tinha sido decidido limitar o acesso a novas línguas oficiais, situação que, como parece evidente, não deixará de se constituir como um oponente à pretensão portuguesa.

Aliás, a nível das principais organizações internacionais a situação não está nada fácil mesmo para as línguas já oficiais ou de trabalho, como demonstraram os estudos de Michael Schlossmacher (1996) e de Carsten Quell (1997) sobre a União Europeia – uma comunidade onde não existe a diferença assinalada na ONU porque todas as línguas oficiais são de trabalho – numa conjuntura em que a comunidade ainda não se tinha expandido para Leste.

No primeiro caso, 78% dos burocratas afirmaram concordar com um sistema mais restrito de línguas de trabalho, posição que, como é óbvio não colheu junto dos parlamentares – só 41% concordaram – pois os representantes dos países que não integram o centro sabiam perfeitamente que essa medida penalizaria as suas línguas, que, embora não perdendo o estatuto de língua oficial, passariam a não ser utilizadas como língua de trabalho.

No segundo caso, os dados obtidos, embora recusando o monolinguismo, apontaram para uma grande preferência por um sistema bilingue ou trilingue, se a língua da potência economicamente dominante – a Alemanha – se conseguisse intrometer no domínio inglês e num cada vez mais secundário francês. Uma prova inequívoca do peso dos aspetos económicos, pois, como é sabido, a língua alemã tem uma dimensão muito inferior à língua portuguesa, tanto no que concerne ao número de falantes como no que diz respeito à quantidade de países onde goza do estatuto de língua oficial[19].

Voltando à ONU, também nesta organização começam a surgir vozes – certamente ampliadas pela atual crise económica mundial – que contestam os gastos excessivos com as traduções de documentos para todas as línguas oficiais[20] quando se sabe que muitos deles irão ser objeto de reduzida utilização.

Afinal, nem todas as línguas de trabalho dispõem de um número elevado de falantes, embora seja nítido um acautelar dos direitos históricos adquiridos, uma vez que não é colocado em causa o estatuto do francês e essa língua dispõe de muito menos falantes nativos do que o mandarim, o inglês, o espanhol e mesmo o russo.

---

[18] Esta decisão consta no ponto 1. No ponto 2 considera-se desejável incluir o russo e o espanhol entre as línguas de trabalho do Conselho de Segurança.

[19] Sobre essa questão consulte-se, por exemplo, o estudo apresentado por Vítor Aguiar e Silva em 2004 no Congresso organizado pela Fundação Calouste Gulbenkian e que recorre a estatísticas relativas a 1999. Esse artigo consta nas referências bibliográficas.por um Diretor Executivo.

[20] Obrigação que decorre da resolução 2 (I), annex 8.

3. À Guisa de Conclusão

Face ao exposto e como forma de fugir, tanto ao derrotismo que se alimenta de dificuldades e pessimismos, como ao otimismo ingénuo e desfasado da realidade, urge criar uma política que terá de ir muito para além de manifestações de boas-intenções – a retórica oficial que ainda não encontrou materialização nos atos – e mesmo de medidas meritórias, mas ainda reveladoras de algum grau avulso, como aconteceu nas cerimónias do Dia da Língua Portuguesa na UNESCO[21], quando o então Secretário-Executivo da CPLP, Domingos Simões Pereira, recordou que o Plano de Ação de Brasília estabelecia "metas ambiciosas, mormente no capítulo da implantação nas organizações internacionais, o que se deverá consubstanciar na introdução do português como língua de documentação das Nações Unidas, na criação de um corpo de tradutores especializados no âmbito do Secretariado das Nações Unidas". [22]

Na realidade, projeto e plano não são sinónimos, desde logo pela circunstância de o segundo se assumir como parte integrante do primeiro.

A elaboração de um projeto exige uma avaliação diagnóstica da realidade, aconselha a definição dos objetivos e não dispensa, nem a inventariação dos recursos, nem a hierarquização das prioridades, antes de passar para o plano da execução.

Como a atual crise – sobretudo a europeia – se encarrega de mostrar, se o tempo não convive bem com a dúvida que perpetua a indecisão, não é menos verdade que a dimensão do passo está dependente do tamanho e da disponibilidade momentânea da perna, mas também do tipo de solo que se pisa.

Um solo que nem sempre é bem conhecido, e que continua a apresentar obstáculos que não parecem fazer o mínimo sentido e que só podem derivar da falta de consenso sobre a forma como os diferentes países membros da CPLP encaram a Lusofonia e o projeto lusófono, situação que, aliás, remonta à origem da comunidade[23].

Por isso, antes de avançar para um plano, importa conceber ou definir o projeto, apesar da reconhecida – embora nem sempre assumida - dificuldade lusófona de conviver com o espartilho que representa esta metodologia.

Quantas vezes uma pretensa originalidade ou criatividade serviu para mascarar a falta de planificação que não permitiu a discussão consciente e a operacionalização de ideias potencialmente válidas para a promoção da Língua Portuguesa e de uma Lusofonia que se deseja ecuménica.

---

[21] A ONU também tem um dia reservado a esta finalidade, mas apenas para cada uma das suas línguas oficiais: francês - 20 de março, inglês – 23 de abril, russo – 6 de junho, espanhol – 12 de outubro, chinês – 12 de novembro e árabe – 18 de dezembro.

[22] Não foi certamente por acaso que a Carta de Luanda viria a recomendar ao Instituto Internacional da Língua Portuguesa a actuação, junto das organizações internacionais, no sentido de fomentar o processo de ensino-aprendizagem do Português como língua estrangeira, visando estimular a proficiência dos seus funcionários;

[23] Na realidade, a hierarquia das prioridades de cada um dos então sete membros da CPLP - Timor-Leste não integrou a organização desde o início, uma vez que não era independente – mostrava que enquanto Portugal privilegiava a concertação político-diplomática, o Brasil e Angola colocavam no primeiro lugar a cooperação técnico-cultural e São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau, Moçambique e Cabo Verde valorizavam prioritariamente o estímulo ao desenvolvimento. Trata-se de um preço a pagar por uma comunidade feita de várias realidades, circunstância que, no entanto, só dificultará o congraçamento no caso de falta de vontade política.

Afinal, o verbo «desenrascar», sobretudo na conjugação pronominal reflexa, é de uso corrente em português e gosta de privilegiar o modo imperativo, uma forma de transferir para o outro a parte das responsabilidades que sabemos não lhe pertencer.

Talvez a realização deste congresso e a circunstância de ser o quarto passo, depois de Maputo sobre a diversidade linguística nos países da CPLP, da Praia e do estudo da língua portuguesa nas diásporas e de Guaramiranga sobre o Português na Internet e no mundo digital, represente não apenas o fechar de um ciclo diagnóstico, mas também, um momento de rutura com um passado demasiado próximo e que não serviu os interesses da CPLP e da Lusofonia.

Como o tempo se tem encarregado de mostrar, raramente a avaliação diagnóstica se tem revelado digna da parte final dessa designação porque só se deve falar em diagnóstico se o mesmo se vier a consubstanciar no ponto de partida para a resolução dos problemas detetados.

Desde há alguns anos que venho questionando se a temática aqui apresentada se deveria colocar em termos ainda de «estratégias para a Lusofonia» ou já de «estratégias da Lusofonia».

A forma como organizei a exposição parece apontar para uma posição intermédia.

Pena que, neste como noutros casos, a virtude não esteja no meio.

Bibliografia

BATALHA, M. 2012. Pequeno apontamento sobre a Língua Portuguesa como língua franca no Oriente. Manuscrito não publicado, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa.

CRISTÓVÃO, F. 2002.. Os três círculos da Lusofonia. In *Revista Humanidades*, n.º de Setembro, 18-22.

Escola Naval [EN]. 2001. *Por mares de Cabral ao Oceano da Língua Portuguesa.* Actas do Colóquio realizado na Escola Naval em 20 a 24 de novembro de 2000.

LOPES, D. 1936. *A expansão da Língua Portuguesa no oriente durante os séculos XVI, XVII e XVIII*. Barcelos: Portucalense Editora

MOREIRA, A., CALDAS, FIGUEIREDO A. Luís, A., A., VITORINO, A., COSTA A. et. al. 2005. *A língua portuguesa: presente e futuro.* Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

NEVES, F. S. 2000. *Para uma crítica da razão lusófona: onze teses Sobre a CPLP e a Lusofonia.* Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.

OLIVEIRA, Gilvan Müller de. 2010. O lugar das línguas: a América do Sul e os mercados linguísticos na Nova Economia. *Synergies, Brésil*, n. esp. 1, 21-30.

PINTO, J. 2007. *Estratégias da ou para a Lusofonia? O futuro da Língua Portuguesa.* Lisboa: Prefácio

QUELL, C. 1997. Language choice in multilingual institutions: A case study at the European Commission with particular reference to the role of English, French and German as working languages. *In Multilingua* 16-1, 57-76.

SCHLOSSMACHER, M. 1996*. Die Amtssprachen in den Organen der Europäischen Gemeinschaft.* Frankfurt am Main: Peter Lang.

SILVA, V. 2005. Contributos para uma política da língua portuguesa. In MOREIRA, A., CALDAS, Luís, A., FIGUEIREDO A., A., VITORINO, A., COSTA A. et. al. 2005. *A língua portuguesa: presente e futuro.* Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 25-35.

VALKOFF, M. 1966. *Studies in Portuguese and Creole.* Johannesburg: Witwatersrand university press.

VENÂNCIO, J. 1996. *Colonialismo, antropologia e lusofonias.* Repensando a presença portuguesa nos Trópicos. Lisboa: Vega.

O FÓRUM DE COOPERAÇÃO ECONÓMICA E COMERCIAL ENTRE A CHINA E OS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA: FÓRUM DE MACAU.

Joaquim Pereira da Gama

Sobre o autor

Joaquim Pereira da Gama
Delegado – Representante de Angola, junto do Secretariado Permanente do Fórum de Macau, Macau.
Contato: quimgama@yahoo.com.br

Resumo

Neste texto apresentaremos o Fórum de Macau, seus objectivos, estrutura e actividades. Na sequência, focalizaremos as ações que promovem a língua portuguesa, indicando, ao final, alguns pontos que podem ampliar a articulação, através das línguas, entre os países membros do Fórum.

Palavras-chave

Fórum de Macau, Países de língua portugesa, China. Lingua portuguesa, Lingua chinesa.

Joaquim Pereira da Gama

1. Introdução

O Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os países de língua portuguesa, designado em abreviatura por Fórum de Macau, é uma organização criada em outubro de 2003 por iniciativa do Governo Central da República Popular da China e com a participação de sete(7) países de língua portuguesa, nomeadamente Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique, Portugal e Timor Leste. Por diferendo diplomático com a China, na altura da criação do Fórum, S.Tomé não faz parte da organização.

O Fórum de Macau, sendo um mecanismo complementar à cooperação bilateral, tem por objectivo reforçar as consultas mútuas entre os seus membros, consolidar e aprofundar as relações económicas, comerciais e culturais. Para a concretização destes objectivos, o Governo da República Popular da China, atribuiu e reconheceu a realização deste Fórum ao Governo da Região Administrativa e Especial de Macau, para desempenhar o papel de plataforma de ligação para a promoção e desenvolvimento das relações em vários sectores.

O momento mais alto deste Fórum é a realização da Conferência Ministerial, em Macau, tendo sido já realizadas a 1ª em outubro de 2003, a 2ª em setembro de 2006 e a 3ª em novembro de 2010, nas quais foram assinados e aprovados pelos ministros dos Países de Língua Portuguesa (PLP) e da China, três Planos de Acção para o desenvolvimento da cooperação em vários sectores.

No Plano de Acção da 1ª Conferência Ministerial para o triénio 2003-2006, foi definido o princípio geral da organização e várias áreas de cooperação, designadamente: a intergovernamental, comércio, investimento, recursos humanos, agricultura, pesca, engenharia, construção de infra-estruturas, recursos naturais, cooperação empresarial, assim como foi definido um mecanismo de acompanhamento.

No Plano de Acção aprovado na 2ª Conferência Ministerial para o triénio 2006-2009, para além das áreas definidas no Plano de Acção da 1ª Conferência, foram acrescidas novas áreas de cooperação, tais como: financeira, turística, transportes, saúde pública, ciência e tecnologia, rádio e televisão, e a área cultural, sendo estas áreas reforçadas no Plano de Acção aprovado na 3ª Conferência Ministerial para o triénio 2010-2013.

2. Conteúdos dos Planos de Acção

Os Planos de Acção adoptados por unanimidade nas três Conferências Ministeriais consistem no reconhecimento, por parte da China e dos PLP, da importância do Fórum de Macau, como um mecanismo complementar de cooperação, aprofundamento e consolidação das relações de amizade, económicas, comerciais, investimentos e culturais, existentes a nível bilateral, assim como reconheceram a existência de um enorme potencial para elevar o nível da cooperação entre os países participantes do Fórum.

À 3ª Conferência realizada em novembro de 2010 foi concedida um elevado estatuto político, devido à presença do Presidente de Timor Leste, José Ramos Horta e dos Primeiros Ministros da China, Wen Jiabao, da Guiné Bissau, Carlos Gomes Júnior, de Moçambique, Aires Bonifácio Alí e de Portugal, José Sócrates. Nesta Conferência, o Primeiro Ministro da República Popular da China, Wen Jiabao anunciou um pacote de seis medidas concretas visando dar uma nova dinâmica ao Fórum de Macau, reforçar a cooperação e aumentar as trocas comerciais para 100 biliões de dólares até 2013. Na verdade, esta meta foi superada antes do previsto, ou seja, em dezembro de 2011, o valor total das trocas comerciais atingiu os 117 biliões de dólares.

As medidas anunciadas pelo 1º Ministro da China são:

1. Concessão, a cada um dos cinco países (Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique e Timor Leste) de equipamentos médicos e aparelhos no valor de 10 milhões de renminbis (USD 1.575.000.00).

2. Criação de uma linha de crédito de 1.600 milhões de renminbis (USD 252.000.00), destinada a Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique e Timor Leste;

3. Concessão aos mesmos países de materiais, equipamentos, pessoal técnico e outro tipo de apoio para o desenvolvimento de um projecto de cooperação agrícola ;

4. Apoio na criação de um Centro de Formação do Fórum em Macau (a funcionar desde 29 de Março 2011), visando a formação de mais de 1500 oficiais e técnicos;

5. Concessão de 1000 bolsas de estudo, com duração de um ano, aos estudantes que pretendam ingressar nas instituições de ensino da China;

6. Criação de um fundo de cooperação para os países lusófonos, no valor de mil milhões de dólares americano, que presume-se entrar em funcionamento no último trimestre de 2012;

3. Mecanismo de acompanhamento do Fórum

Os Planos de Acção assinados na 1ª, 2ª e 3ª Conferências, estabelecem igualmente um mecanismo de acompanhamento (decisão tomada na 1ª Conferência), que inclui um Secretariado Permanente, que garante a execução das actividades acordadas. Este Secretariado está sediado em Macau, dando assim à Região Administrativa Especial de Macau o Estatuto de Plataforma e ponte de ligação entre a China e os PLP.

O Secretariado Permanente do Fórum de Macau reúne-se em Macau ordinariamente uma vez por ano, entre os meses de fevereiro e abril, com objectivo de efectuar o balanço das actividades do ano findo, perspectivar as acções e discutir outros assuntos importantes para a organização. As reuniões são presididas pelo Secretário Geral, e participam todos os membros do Secretariado e alguns convidados.

3.1 Estrutura do Secretariado Permanente do Fórum Macau

O Secretariado Permanente é composto por:

• Um Secretário Geral (nomeado pela China); Dr Chang Hexi

• Um Secretário Geral Adjunto, representando os PLP, obedecendo à regra da rotatividade e por ordem alfabética. Actualmente, a Guiné Bissau cumpre o seu mandato, na pessoa do Dr Marcelo D´Almeida; Angola e Brasil cumpriram em conjunto o primeiro mandato (Sr Conselheiro - Celestino Bravo da Costa e o Dr Osvaldo Beato, respectivamente - 2006 a 2008). O segundo mandato coube a Cabo Verde na pessoa do Embaixador Manuel Amante da Rosa - 2008 a 2011.

• Um Secretário-geral Adjunto representando Macau: Dra Rita Santos;

• Um Secretário Geral Adjunto representando a China: (nunca nomeado);

• Delegados - Representantes de cada país dos PLP nomeadamente, Dr Joaquim Gama (Angola), Dr Mário Vicente (Cabo Verde), Dr António Rezende de Castro (Brasil), Dr João Gomes (Guiné -Bissau), Dra Esmeralda Patrício (Moçambique), Dra Mariana Tavares Oom (Portugal) e o Dr Cornélio Ferreira (Timor - Leste);

• Um Gabinete de Apoio ao Secretariado, coordenado pela Dra Rita Santos (Macau- por acumulação de funções);

• Um Gabinete de Administração coordenado pela Dra Zhang Jie (China); e

• Um Gabinete de Ligação para os PLP, com uma Coordenação rotativa entre os Delegados – Representantes por antiguidade e não por ordem alfabética.

Importa referir que os Excelentíssimos Srs Embaixadores dos PLP acreditados em Pequim e os Pontos Focais nas Capitais são membros do Secretariado Permanente.

4. Pontos focais

A coordenação das actividades do Fórum com as demais Instituições Nacionais em cada país membro é da responsabilidade da Rede de Ponto Focal, que desenvolve algumas tarefas, tais como:

• definir as iniciativas e os projectos a implementar;

• assegurar, acompanhar e avaliar a execução do acordado no Fórum, que poderão incluir a realização de reuniões periódicas a diversos níveis;

• efectuar a divulgação do Fórum no país, em coordenação com a Embaixada acreditada em Pequim, com o Secretariado Permanente e com alguns sectores em nível nacional.

No caso de Angola, Brasil e Moçambique, a função de Ponto Focal, é exercida pelas Direcções da Ásia e Oceânia dos Ministérios dos Negócios Estrangeiros ou Relações Exteriores. Para Guiné Bissau, Portugal e Timor Leste, esta função é exercida pelo Ministério da Economia, enquanto que em Cabo Verde, é exercida pela Cabo Verde Investimentos.

5. Eventos de promoção económica, comercial e cultural no quadro do Fórum de Macau

5.1. Encontros de Empresários

A partir de 2005 iniciou-se a realização dos encontros empresariais no âmbito do Fórum de Macau, sendo uma actividade anual e de carácter rotativo, segundo o acordado entre os países membros. Até ao momento realizaram-se oito (8) encontros de empresários, numa coordenação conjunta entre o país anfitrião e as Instituições de Promoção de Investimento da China e de Macau (CIPA e IPIM). Nestes encontros, as agências de investimentos dissertam sobre as oportunidades de negócios e de investimentos e realiza-se uma bolsa de negócios, proporcionando um ambiente para os contactos bilaterais entre os empresários participantes, que tem resultado na assinatura de alguns acordos, memorandos de entendimento, contrato para realização de transacções comerciais e constituição de parcerias para investimento. É de realçar que a ilha de Sal, em Cabo Verde, foi o palco da realização no passado mês de Junho, do 8º Encontro, estando programada para 2013 a realização do 9º encontro em Timor-Leste.

Eis o cronograma dos encontros já realizados:

- 1º Encontro Empresarial, realizado em 2005 na cidade de Luanda, Angola;
- 2º Encontro Empresarial, realizado em 2006 na cidade de Lisboa, Portugal;
- 3º Encontro Empresarial, realizado em 2007 na cidade de Maputo, Moçambique;
- 4º Encontro Empresarial, realizado em 2008 na cidade da Praia, Cabo Verde;
- 5º Encontro Empresarial, realizado em 2009 na cidade do Rio de Janeiro, Brasil;
- 6º Encontro Empresarial, realizado em 2010 na cidade de Lisboa, Portugal;
- 7º Encontro Empresarial, realizado em 2011 na cidade de Luanda, Angola
- 8º Encontro Empresarial, realizado em 2012 na Cidade do Sal, Cabo Verde

5.2. Feira Internacional de Macau (MIF)

Desde a criação do Fórum Macau, em 2003, a classe empresarial dos PLP participa da Feira Internacional de Macau, que se realiza anualmente no mês de outubro, sendo a entidade organizadora o Instituto de Promoção de Investimento de Macau (IPIM).

O Secretariado Permanente do Fórum de Macau em colaboração com o IPIM instalam um pavilhão específico e sem custos para os Países de Língua Portuguesa, onde os empresários podem expôr os seus produtos.

6. Desenvolvimento de recursos humanos

Com a criação em Março de 2010 do Centro de Formação do Fórum, foram realizadas várias formações de curta duração e administradas em português das quais participaram, até abril de 2012, mais de 150 técnicos dos PLP, onde destacamos as formações, nas áreas do turismo, modernização dos serviços públicos, rmpreendedorismo e desenvolvimento de negócios, controle de qualidade e certificação de produtos alimentares, curso sobre topografia destinado a técnicos timorenses, direito comercial e estágio sobre gestão aeroportuária. A destacar também a realização em Macau da Conferência Internacional sobre Medicina, entre a China e os PLP as Conferências dos Governadores dos Bancos Centrais dos PLP e as Conferências sobre Energias Renováveis.

Por outro lado, numa coordenação conjunta entre o Ministério do Comércio da China e o Secretariado Permanente do Fórum, são realizados vários colóquios e/ou cursos de formação no interior da China onde destacamos, em 2011 e 2012, a participação de alguns membros do Executivo angolano e moçambicano no Seminário sobre Gestão de Zonas Económicas Especiais e Zonas Francas.

7. Actividade cultural

Em conformidade com o Plano de Acção para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa definido na 2ª Conferência Ministerial (2006), realiza-se anualmente em Macau a edição da **"Semana Cultural entre a China e os Países de Língua Portuguesa, Vulgo "Festival da Lusofonia"**, numa organização conjunta entre o Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais de Macau (IACM) e o Secretariado Permanente do Fórum de Macau.

Para esta actividade são convidados grupos culturais e artísticos dos PLP para efectuarem várias apresentações e exposições, que incluem amostras gastronómicas dos PLP, a exposição de artes, música e danças, assim como se realiza um concurso e exposição de fotografias. As associações dos PLP sediadas em Macau, a associação dos Macaenses e os núcleos de Goa, Damão e Diu colaboram na realização deste evento que tem a duração de uma semana.

8. A língua portuguesa no Fórum de Macau

A escolha da Região Administrativa Especial de Macau (RAEM) como anfitriã do Fórum configura um desígnio do Governo Central da República Popular da China, que assenta, entre outras coisas, sobre as particularidades de Macau, nomeadamente as suas ligações seculares históricas ao mundo falante de português e o seu bilinguismo oficial. O que Macau oferece nesta ligação entre estes dois blocos, a China e os Países de Língua Portuguesa vai muito mais para além da história e da língua, pese embora estes dois factores serem de influência considerável para o fortalecimento e sucesso comprovado deste novo relacionamento.

As vantagens de Macau como sede do Fórum encontram-se também na sua população, na sua economia, no seu sistema jurídico, no seu sistema fiscal, entre muitas outras singularidades derivadas do seu estatuto de Região Administrativa Especial da República Popular da China.

Mas sobre o tema em apreço, especificamente a importância da Língua Portuguesa como instrumento de trabalho e comunicação, importa realçar, que o seu estatuto na RAEM revela-se algo singular. Assim, o estatuto da língua portuguesa na RAEM encontra-se consagrado no texto jurídico fundador da própria Região Administrativa.

A "Lei Básica" da RAEM, verdadeira "constituição", estipula no seu artigo 9º que :

> Além da língua chinesa, pode usar-se também a língua portuguesa nos órgãos executivo, legislativo e judicial da Região Administrativa Especial de Macau, sendo também o português língua oficial.

Elegendo a língua portuguesa como língua oficial a par do chinês, o legislador impôs a aplicação do bilinguismo oficial como instrumento de protecção dos interesses dos cidadãos de língua portuguesa, i.e. os portugueses residentes em Macau, mas também os angolanos, brasileiros, moçambicanos, guineenses, cabo-verdianos, timorenses, santomenses etc…

Sendo um mecanismo de cooperação que reúne dois blocos linguísticos distintos, o chinês e o português, o Fórum de Macau promove todas as suas actividades nestas duas línguas, recorrendo aos serviços de qualificados tradutores bilingues. Todas as formas de comunicação externas do Fórum de Macau são pensadas e elaboradas nas duas línguas como por exemplo o Boletim Mensal do Fórum de Macau ou ainda o seu website (www.forumchinaplp.org.mo).

O Fórum de Macau tem desenvolvido esforços consideráveis para a promoção do seu bilinguismo e, no tema em apreço, na promoção do português na China e na tradução bilingue. O Centro de Formação do Fórum de Macau inaugurado em 2010 pelos Ministros da China e dos PLP membros deste Fórum, tem vindo a promover cursos de formação variados, nomeadamente sobre ensino das línguas chinesa e portuguesa. O próximo colóquio sobre esta temática realiza-se no próximo mês de agosto em Macau e Pequim e pretende acolher especialistas nas áreas de tradução e docência.

No passado e antes da criação do Centro de Formação do próprio Fórum de Macau, outros cursos e acções de formação, sobre estas temáticas foram promovidas pelo Ministério do Comércio da China que tutela na parte chinesa os trabalhos do Fórum de Macau, convidando vários docentes e especialistas lusófonos para intercâmbio académico sobre as línguas portuguesa e chinesa desde a criação do Fórum de Macau em 2003.

Com o exposto, verifica-se que são variadas e criativas as formas de promoção e valorização da língua portuguesa pelo Fórum de Macau e elas assumem também a forma de apoio às associações profissionais e culturais de especialistas oriundos do mundo falante da língua portuguesa. O Fórum de Macau tem assim prestado apoio em serviços de tradução de português para chinês e de chinês para português em variados eventos tanto nos Países de Língua Portuguesa como na China.

Paralelamente aos esforços desenvolvidos para o conhecimento e divulgação da nossa língua comum, o Fórum de Macau visa também a promoção cultural do mundo lusófono na China, apoiando vários eventos de cariz cultural, artístico, literário etc.

São inúmeros os eventos que têm sido promovidos em Macau como festivais culturais onde se entrecruzam especialistas do mundo literário, artístico, cinematográfico, em suma, das Artes e das Letras, e não poderíamos deixar de, mais uma vez, destacar a realização anual em Macau da Semana Cultural da China e dos Países de Língua Portuguesa que irá celebrar a sua 4ª edição a realizar-se no próximo mês de outubro de 2012. Esta verdadeira festa lusófona na China permite que o público chinês possa ouvir os sons da lusofonia, mas também saborear os seus gostos através de uma mostra gastronómica e apreciar artistas seleccionados nas artes plásticas com exposição de pinturas, esculturas e ainda apresentação de trabalhos de artesãos dos países de língua portuguesa.

Cumpre-me ainda salientar a cooperação que se está a estabelecer em termos de produção televisiva com o apoio e a intermediação do Fórum de Macau estando em fase de preparação, acordos entre a Teledifusão de Macau, Canal em língua portuguesa, e as várias estações televisivas dos Países de Língua Portuguesa, sendo a Guiné Bissau o primeiro país a rubricar no segundo trimestre do ano em curso, o referido acordo.

Finalmente, não quero deixar de enfatizar que hoje sente-se em Macau o acarinhar da língua portuguesa e está a surgir um novo fenómeno de expansão. O aumento de alunos que querem aprender português no Instituto Português (IPOR), no Instuto Politécnico de Macau e na Universidade de Macau é um fenómeno que deixa as próprias instituições sem capacidade de resposta. É aqui que a China tem um papel muito importante no recrutamento de professores que ensinem nas suas universidades a língua portuguesa, como disciplina curricular. Sabemos que tal fato já está a acontecer mas talvez ainda não seja suficiente.

Em resumo, estas acções promovidas pelo Fórum de Macau, cujo objectivo primário é a cooperação económica e comercial, permitem que em conjunção com este desígnio geral, as culturas lusófonas e a língua portuguesa ganhem um estatuto de destaque na China, o que por si é muito apreciável e altamente louvável.

9. Propostas para formas de cooperação

Feito este pequeno sumário sobre a promoção das culturas lusófonas e língua portuguesa pelo Fórum de Macau, quero deixar para consideração algumas reflexões sobre novas formas de cooperação. Assim gostaria de destacar quatro eixos fundamentais de possível cooperação:

– Uma política cultural bilingue conjunta que possa disseminar a cultura e literatura chinesas nos Países de Língua Portuguesa e, vice-versa, e a tradução de produções culturais e literárias lusófonas na China;

– Uma cooperação na difusão transcultural dos sons e das artes da lusofonia, na China;

– Um programa de intercâmbio no cinema, e no audiovisual que possa ligar a China e os Países de Língua Portuguesa em imagens e,

– Intercâmbio de estudantes.

CRIANDO A REGIÃO INTELIGENTE: O CASO DO PORTUGUÊS NA COMUNIDADE DO DESENVOLVIMENTO DA ÁFRICA AUSTRAL (SADC)

Armando Jorge Lopes

Sobre o autor

Armando Jorge Lopes
Universidade Eduardo Mondlane, Maputo.
Contato: ajplopes@zebra.uem.mz

Resumo

Discutem-se dois desafios para o Português na Organização Comunidade do Desenvolvimento da África Austral (SADC). O primeiro é atitudinal: a aceitação, por parte de intervenientes endógenos e exógenos à região, de que o português constitui uma mais-valia, que pertence a todos os que o falam, e que como corolário são válidas as variedades emergentes do Português-Moçambicano e Português-Angolano. O segundo desafio, macro-estrutural, é do foro da planificação linguística, no caso vertente, do português para a SADC. A planificação especifica, os objectivos que a política visa atingir, enuncia as propostas de política e esta descreve os traços de cada grupo-alvo para a identificação das necessidades da língua e dos passos para a sua satisfação. Argumenta-se que a planificação de uma política de língua pensada visa maximizar a consciencialização dos grupos-alvo relativamente ao português e, sobretudo, maximizar o seu potencial de uso nos domínios oficial, comercial, técnico e cultural na região da SADC, que se constrói harmoniosa e inteligentemente.

Palavras-chave

Linguística aplicada, Planificação linguística, Política linguística, Organizações internacionais, Português na SADC

1. Introdução

Tendo como pano de fundo a especificidade sócio-económica e linguístico-cultural da região constituída pelos Países da Comunidade do Desenvolvimento da África Austral (SADC), a presente comunicação apresenta e discute dois desafios para a língua portuguesa nesta Organização.

O primeiro desafio é do foro atitudinal, a saber: a aceitação, por parte de todos os intervenientes, endógenos e exógenos à região, de que a língua portuguesa constitui um bem, uma mais-valia e que é pertença de todos os que a falam, que dela gostam e que com ela se identificam, e que como corolário se devem considerar igualmente válidas múltiplas preocupações quanto ao uso e estudo do Português-Moçambicano (PM) e do Português-Angolano (PA), incluindo as que envolvem decisões políticas e considerandos de reconciliação dos dois papéis em permanente conflito—língua franca em termos nacionais e língua veicular para uma comunicação internacional adequada. Paralelamente, ao aceitar-se que uma língua não é uma parte isolada de um sistema ecológico complexo, mas sim, e necessariamente, parte integrante do mesmo, ao compreender-se a importância do sistema ecológico do português e o facto desta língua ser uma língua pluricêntrica, não idêntica nas suas variedades metropolitanas, e ao reconhecer-se que cada um dos centros cria uma pressão na direcção da sua variedade—não apenas em termos da grafia, mas também em termos fonológicos, morfológicos, sintácticos, semânticos, lexicais e discursivos—e que estas pressões se exercem tanto diacrónica como sincronicamente, deduz-se que as influências do português sobre as variedades emergentes do português dos vários estados e sobre as línguas indígenas neles faladas são profundamente complexas e diversas. Argumenta-se que estes alicerces do foro atitudinal—a aceitação de que a língua é uma mais-valia e que pertence a todos e o reconhecimento da complexidade ecológica—são pré-requisitos para o sucesso de qualquer programa de português que o "edifício" do Bloco Económico da SADC tencione desenvolver.

O segundo desafio, de natureza macro-estrutural, é do foro da planificação e política de língua, no caso vertente do português, para a Organização SADC. A planificação deve especificar os objectivos que a política visa atingir e enunciar as propostas de política. Qualquer formulação de políticas idealistas sem indicação de como se realizam na prática é inútil, porque o facto de não poderem ser implementadas mostra que tiveram por base uma deficiente análise da situação que se pretende superar. Em nossa opinião, o problema a resolver é de como reunir todos os recursos que são precisos na região e especificamente para os diferentes grupos-alvo em presença e como satisfazer as necessidades relacionadas com a língua desses mesmos grupos. Assim, ao basear-se na natureza presente e dinâmica desses grupos-alvo, a política deve descrever os traços de cada grupo que são relevantes para a identificação das necessidades de língua, actuais e futuras, e para a identificação dos passos a dar para a sua satisfação. Argumenta-se que a elaboração pensada da política de língua assim como a adequada planificação da sua gestão constituem elementos fundamentais visando maximizar a familiaridade e consciencialização dos grupos-alvo em relação ao português, e visando igualmente maximizar o seu potencial de uso nos domínios oficial, comercial, técnico e cultural na região da SADC.

2. Identificação e descrição da natureza das sociedades da região-SADC

A planificação linguística consiste num conjunto de actividades visando vários tipos de mudança, e neste caso vertente mudança linguística numa determinada comunidade ou organismo, com o fito de preservar sobretudo a identidade sócio-cultural e melhorar a comunicação de modo a facilitar e dinamizar o desenvolvimento individual e colectivo nessa mesma comunidade. As acções de planificação linguística podem conduzir à promulgação de uma política linguística por parte de um governo ou outra autoridade competente. A política de língua "consiste num corpo de ideias, leis, regulamentos, regras e práticas que visa materializar a pretendida mudança linguística nessa comunidade" (Lopes, 2002: 19).

Mas de forma talvez mais crua, digamos que uma política de língua é sobretudo a compreensão e consciência acrescida que se tem sobre a importância de uma língua como património cultural e como factor principal do desenvolvimento psico-social e económico das pessoas e das sociedades; e o ponto de partida para delinear uma política de língua portuguesa para a nossa região é *identificar e descrever a natureza das sociedades da região-SADC* a que a política visa servir, com particular enfoque, entre outros, para os seguintes elementos:

1. O nível de 'elevada diversidade linguística' de cada país, que é importante para o melhor enquadramento das estratégias de difusão do Português;

2. O nível de composição multilingue e multicultural dos grupos-alvo e o domínio da língua inglesa ou língua francesa e das línguas bantu por parte destes; e

3. O nível de dependência económica em relação ao comércio externo por parte de cada país/sociedade, assim como o nível da sua integração económica no contexto do resto do mundo.

Após esta identificação e descrição, sugerem-se os seguintes passos: a) enunciar as respectivas necessidades psicológicas, económicas, políticas e culturais ao nível das sociedades e pessoas; b) formular os objectivos e as metas; c) fazer propostas de política, estabelecendo-se prioridades e determinando que país, sociedades e grupos-alvo vão ser abrangidos, no início; d) elaborar recomendações no que diz respeito à implementação da política; e e) alinhar indicadores de sucesso para a avaliação da política e sua implementação.

É claro que o sucesso de toda a planificação, envolvendo os policy-makers, a organização regional e os grupos-alvo, assenta em pressupostos atitudinais fundamentais, a saber: i) que a língua portuguesa é pertença de todos que a queiram possuir; ii) que a língua portuguesa se reveste de múltiplas identidades e tradições e que, por isso, se torna útil, nos estudos da língua adoptar-se uma abordagem contrastiva discursiva—que inclua a idiomaticidade, retórica e cultura—entre o PM (ou PA) e o Português Europeu (PE) [ou Português Brasileiro (PB)]; e iii) que o PM e o PA são variedades em rápida evolução, alimentando-se, em considerável medida, do substrato bantu e da forma como a juventude, em particular, a vem moldando nos últimos anos; o Português como L1 ou L2 é assumido como a sua língua e através da qual exprimem os seus valores e identidades, criam a sua própria propriedade intelectual e exportam bens e serviços para outros destinos. Quanto às preocupações em torno da "propriedade" de língua, que parecem persistir, da Silva e Gunnewiek (1992:87) alertam-nos para o facto de que, "…ainda não ultrapassámos a situação em que a maioria dos portugueses considera que a língua é sua

propriedade privada" e que "…este ponto de vista é claramente intolerável para a maioria dos brasileiros"[1].

É importante continuar a realçar que a língua portuguesa não está sob custódia de nenhum estado, região e comunidades que dela se servem, não cabendo a ninguém o direito de reclamar para si a propriedade da língua, nem a nenhuma comunidade o direito de argumentar contra alguma língua-padrão específica. Como já tive a ocasião de referir:

> Muitos falantes-nativos e não só orgulham-se, com naturalidade, do facto do português no mundo ser reconhecido como língua internacional e em expansão. Mas na verdade, o português perde o seu estatuto mais localizado, digamos a sua paroquialidade, e adquire a internacionalidade e inter-continentalidade pela simples razão desta língua não ser propriedade de nenhum estado e povo (Lopes, 2004: 125).

Quanto ao PM, discuti já (Lopes, 1997:39) o que chamei de *naturalização* do Português no contexto moçambicano. *Naturalização* esta entendida como a aceitação por parte de uma comunidade de indígenas de uma língua que lhe é alheia e à qual foi concedido o estatuto de cidadania. Embora esta variedade do PM tenha a sua própria vitalidade e dinâmica de mudança, existe um modelo subjacente orientador do uso mais formal, reflectindo a variedade do Português utilizada pela antiga potência colonial, neste caso, a variedade do PE. De qualquer modo, a vontade natural de acomodação ao nível da linguagem entre moçambicanos e falantes nativos (L1) ou não de outros países tende a fazê-los convergir em direcção ao PE.

Em contextos de língua segunda, o Português tem dois papéis em permanente conflito. Por um lado, deve servir de língua franca ao nível do país, desenvolvendo-se como uma variedade que emerge com traços de identificação localizada. Por outro lado, a variedade emergente não pode deixar de servir como veículo de comunicação internacional, designadamente com os outros estados do Círculo Exterior (como Angola ou Cabo Verde ou Timor-Leste) e com os estados do Círculo Interior (Brasil e Portugal), para usar, por analogia, a teoria dos três círculos concêntricos (Interior, Exterior e de Expansão), aplicados à língua inglesa por Kachru[2]. Assim, os falantes do Círculo Exterior desejam ter um Português que seja seu, como símbolo de unidade e de nacionalidade, e que seja distinto de outras variedades. Por sua vez, desejam que a sua variedade seja suficientemente inteligível ao nível da comunicação com o exterior, partilhando com as demais variedades um certo grau de homogeneidade.

3. Nível de *elevada diversidade linguística*

Ao tratar da relação entre a língua portuguesa (ou inglesa ou francesa) e as línguas africanas na região da SADC é importante estabelecer o nível de *elevada diversidade linguística* de cada país. Continuo a considerar útil a definição proposta por Robinson (1993: 54) para o conceito de 'elevada diversidade linguística': "uma situação em que não há uma percentagem superior a 50% da população que fale a mesma língua" ; e acrescenta ainda que "…uma classificação segundo o grau de diversidade linguística não deve basear-se no número absoluto

[1] A tradução dos excertos de citação no texto são de responsabilidade do autor. Opta-se, no presente texto, por manter o texto original em nota. Assim: "We have not yet overcome the situation that the majority of the Portuguese consider the language their private property. This point of view is of course intolerable to the majority of Brazilians…".

[2] KACHRU, 1985.

[1] "…a situation where no more than 50% of the population speak the same language".

de línguas faladas num país, mas sim na percentagem da população que fala uma dada língua"[4].

Ao olhar para os dados sobre os países de África em que nenhuma língua ultrapassa a fasquia de cobertura de 50% da população, verifica-se que 25 países de um total dos 58 países do continente cabem nesta categoria. A Costa do Marfim é o país em que a elevada diversidade linguística é, de facto, a mais elevada no continente. Neste país, com 75 línguas, a principal língua, o baoulé, representa 13% da população total do país. O Gana, com 73 línguas, é o país em que a elevada diversidade linguística é a mais baixa no continente. A sua principal língua, o akan, representa 46% da população total deste país. Assim, poderemos comparar os países que compõem a SADC para determinar o seu nível de diversidade linguística: o país em que a língua numericamente maioritária representa a proporção mais baixa da população total é considerado o país com a maior diversidade linguística. Moçambique é um país de diversidade linguística média—emakhuwa, a principal língua numericamente, representa 27% da população total do país. Angola é um país de diversidade linguística mais baixa—umbundu, a principal língua, representa 38% da população total do país. E qual é a situação dos restantes países que têm o inglês ou o francês (Mabasso, 2012) como línguas europeias oficiais? Esta geografia linguística é, em nosso entender, importante para o delinear de estratégias de negociação no que diz respeito a uma maior difusão do português na SADC.

4. Enunciação das necessidades

A breve identificação e descrição da natureza das sociedades conduz-nos à especificação de certas necessidades corolárias, designadamente:

1. A necessidade dos destinatários da política desenvolverem proficiência nas quatro habilidades linguístico-comunicativas tradicionais para satisfazerem os seus interesses culturais, comerciais e turísticos na região, através dessa língua aprendida ou recorrendo-se a intérpretes e/ou tradutores; enfatizar técnicas que auxiliem na comparação e contraste das línguas com que o português convive/conviverá tanto em termos translinguísticos como transculturais. Neste relacionamento do estudo da língua com os diversos tipos de cultura, é determinante a intervenção do tradutor-especialista, do técnico e do erudito, do conhecedor das problemáticas da linguística aplicada, e com maior razão quando se trabalha na área da idiomaticidade, porque esta é a área da linguagem que está mais próxima da cultura. A idiomaticidade numa cultura é muitas vezes expressa de forma diferente noutra cultura. A semelhança no significado de, por exemplo, um idiomatismo é, por vezes, o critério principal das análises contrastivas, isto é, a base para a comparação interlingue, o chamado *tertium comparationis.* O equivalente xichangana—a O equivalente xichangana—a segunda língua bantu mais falada de Moçambique, a par com o cisena—do idiomatismo ser *unha e carne* é "ku va rimi ni marhi", que traduz por '*ser língua e*

[4] "a ranking of degree of linguistic diversity should not be based on the absolute number of languages in a country, but rather on the percentage of the population speaking any single language".

saliva'[5]. Torna-se necessário entender que, para além do conhecimento partilhado do código linguístico, o sucesso da comunicação reside na partilha das convenções retóricas e de outras dimensões não-linguísticas da experiência, incluindo a visão do mundo e o conhecimento dos constrangimentos sócio-culturais que parcialmente determinam *o que e o como* o falante ou o escrevente pretende comunicar. Naturalmente, as pressões culturais, sociais e outras do meio em que vivemos e interagimos vão moldando os traços formais do Português-Moçambicano e do Português-Angolano—a linguagem formal no seu sentido mais abstracto—e igualmente moldando os traços funcionais destas duas variantes—a linguagem funcional no seu sentido mais prático.

2. A necessidade de se desenvolver nos habitantes destas sociedades, e sobretudo nas crianças e jovens, as atitudes que as capacitarão para viverem harmoniosamente e poderem beneficiar das sociedades multiculturais da região e do mundo a que estão ligados; o desenvolvimento do que chamei[6] de *quinta* habilidade, isto é, o adicionamento às quatro habilidades tradicionais relacionadas com a aprendizagem da língua falada e escrita da habilidade que consiste nos grupos-alvo aprendentes compreenderem e aceitarem o outro e a sua cultura. Que as tradições, os hábitos, valores, costumes e práticas culturais não sejam usados apenas como pano de fundo e recurso, como expediente para a aquisição de habilidades linguísticas e comunicativas.

3. A necessidade de se formular uma adequada política de formação linguística e didáctica—serão necessários técnicos com pendor educativo (sobretudo planificadores de língua, *policy-makers e decision-makers*), linguistas com especialidade em linguística aplicada, intérpretes e tradutores, leitores de língua L1 e L2, etc. A tarefa dos *policy-makers* (fazedores de políticas) é identificar e servirem-se das ciências relevantes (como a linguística aplicada, linguística social, psicolinguística e outros domínios como a economia, a geografia demográfica e a ciência política), para procurar elucidar a natureza essencial da situação-problema que se pretende resolver e deduzir as soluções possíveis. Se o conhecimento teórico e a experiência prática da situação-problema por parte do fazedor de políticas for inadequado, então a sua política e respectiva implementação serão defeituosas. Esta noção de fazedores de políticas deve conduzir ao questionamento do princípio de gestão na tomada de decisões, isto é, questionar a tentação burocrática de se colocar pessoas eminentes, certos políticos e executivos como fazedores de políticas e "implementadores" de decisão, em vez do devido técnico qualificado, do académico relevante, etc.; e

4. A necessidade de se usarem programas de formação bilingue e plurilingue específicos, incluindo o recurso à auto-aprendizagem (usando certos centros para esse fim), à aprendizagem *e-learning*, ao ensino à distância com base em determinadas plataformas digitais e *tele-conferencing*. Como já tive oportunidade de referir no passado (Lopes, 1997: 34), é necessário assegurar a qualidade de qualquer intervenção, com tempos realistas de preparação e execução, condições de implementação, uso de metodologias adequadas, materiais didácticos apropriados…e muita vontade política. O pior cenário é vermos políticos ou administradores impacientes, fazedores de políticas inaptos a formularem programas de baixa-qualidade que, por sua vez, são postos em prática por técnicos sem a competência adequada e que, por fim, produzem resultados ínfimos em termos das habilidades e recursos necessários para as sociedades e indivíduos da região.

[5] LOPES, 2009:74.
[6] LOPES, 2012.

5. Para uma Política de Difusão da Língua (PDL)

Os políticos, em geral, não falam de *política de difusão da língua* (PDL). Preferem falar de *promoção de língua* (PL). A intenção pode ser em termos de difusão no seio de novos indivíduos ou em outros domínios. Um caso especial que bem pode ser enquadrado na PDL é a política de *manutenção de língua* (PML). Assim, os políticos tendem a expressar ambos os **objectivos** de uma só vez: manter e difundir a língua x. Os agentes típicos promotores da PDL são os países, os seus governos, mas igualmente importantes são também as igrejas e até mesmo organizações privadas.

Num passado não muito distante do Brasil, o pensamento que prevaleceu não era no sentido de uma política de difusão do Português; com efeito, persistia a ideia de que qualquer política de língua tinha de ser, em primeiro lugar e acima de tudo, uma política direccionada para a preservação e consolidação da língua como veículo de cultura. No Brasil, antes de 1940, a política de difusão do Português restringia-se sobretudo à tradução de livros. Depois vieram os CEBs (*Centros de Estudos Brasileiros*) que visavam (e visam) promover a língua e cultura em países estrangeiros e, mais recentemente, num contexto de continuada reestruturação, pelo menos no caso de Moçambique, os chamados *Centros Culturais Brasil-Moçambique* (CCBM). Quanto a Portugal, nos anos 70, a política linguística portuguesa passou a ter em atenção os filhos dos emigrantes portugueses em países mais desenvolvidos como a França, onde vivia 10% da população de Portugal. Este tipo de política era um tipo de PML, i.e., política de manutenção de língua e não tanto uma PDL. Nos tempos mais recentes, e através do Instituto Camões, as autoridades portuguesas e as da Universidade Eduardo Mondlane em Maputo associaram-se, via leitorado, no desenvolvimento de acções de dinamização da língua portuguesa em universidades de dois países da SADC, em que o inglês é língua oficial.

Ainda sobre os objectivos da política de difusão da língua portuguesa na região da SADC, argumenta-se, por vezes, que o assunto é uma quimera, porque a própria língua ainda nem sequer tem estatuto seguro nos países em que é língua oficial, sobretudo no caso de Moçambique, perante aludidas ameaças por parte do inglês. Esta questão no âmbito do sistema ecológico linguístico dos dois países regionais de língua oficial portuguesa é importante e não há como escapar à problemática da substituição ou não da língua portuguesa por outra língua vizinha oficial de origem europeia, sobretudo na sequência de debates acesos que tiveram lugar internamente e na imprensa estrangeira, após Moçambique ter aderido à *Commonwealth.*

No caso de Moçambique, o receio maior parece ter decorrido do facto do país ter aderido a essa Comunidade, adicionado à realidade do país partilhar fronteiras com seis países de língua oficial inglesa. Aliás, manifestações de receio do tipo, não totalmente descabidas, parece ocorrerem de tempos a tempos em diferentes partes, como aconteceu, por exemplo, no contexto quebequense em que houve vários avisos sobre o risco do francês ser substituído pelo Inglês nos domínios científico e tecnológico, como aconteceram os avisos por parte da Conferência Internacional dos Professores de Francês do Quebeque em 1984, apesar da língua inglesa não ter sido referida de forma directa. Para as dificuldades da língua francesa, avançaram-se razões demográficas (o declínio populacional em países de língua francesa L1), razões políticas (declínio da imagem da França como potência mundial desde 1945), económicas (como exportador, a França passa para trás de duas potências mundiais de língua inglesa, para além do Japão e Alemanha utilizarem o inglês comercial), razões tecnológicas (produção de *software* quase exclusivamente em Inglês) e, por fim, uma alteração de valores socio-culturais, uma vez que a aprendizagem, nos dias de hoje, é mais motivada pelas novas oportunidades que a língua inglesa proporciona, garantindo melhor sucesso profissional e satisfação financeira.

No caso de Moçambique, o meu ponto de partida é que o argumento a favor da utilização do Inglês em vez do Português porque a nação se comunicaria mais eficazmente através dessa língua com os países vizinhos e com o mundo em geral não é sustentável. O argumento do Inglês como Língua Internacional (EIL) parece-me ser, sobretudo, um argumento para o ensino da língua e não um argumento que vise a sua eventual utilização como meio de comunicação em Moçambique. Tenho defendido (Lopes, 1998; 2004[b]) que uma língua não é uma parte isolada de um sistema ecológico complexo, mas sim, e necessariamente, parte integrante do mesmo.

O sistema ecológico do Português estende-se através dos estados africanos que têm o Português como língua oficial [Moçambique, Angola (Barros, 2002), Guiné-Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe] e penetra nos estados e comunidades espalhados pelo mundo – não apenas os estados que empregam determinados modelos nativos de língua (os casos de Portugal e Brasil), mas também os estados, regiões e comunidades como Timor-Leste, Macau, Goa, Damão e Diu, faixas ao longo do estreito de Malaca e comunidades dispersas por diversos pontos do globo, incluindo importantes núcleos da África Austral.

Ao reconhecer que o Português é uma língua pluricêntrica, não idêntica nas suas variedades metropolitanas[7], e ao reconhecer que cada centro cria uma pressão na direcção da sua variedade—não apenas em termos da grafia, como já referimos—e que estas pressões se exercem tanto diacrónica como sincronicamente, deduz-se que as influências do português sobre as variedades emergentes do português dos cinco estados africanos e sobre as línguas indígenas neles faladas são profundamente complexas e diversas. Então, o que constitui o âmago nesses processos de contacto e de influências linguísticas? Em meu entender, o essencial assenta nos registos de uma língua.

Argumento que a influência de uma determinada língua sobre qualquer outra depende significativamente dos registos que ocupa. A linguagem de casa, a linguagem da escola e a linguagem religiosa são exemplos de registos-chave. Quando uma língua externa captura, por exemplo, o registo do ritual religioso (manifestado em actos como a oração, o nascimento, o baptismo, o casamento, a morte, etc.) a língua interna fica em risco. Durante a gradual expansão do Protestantismo através de áreas célticas da Bretanha nos séculos XVIII-XIX, o clérigo falante monolingue da língua inglesa foi substituindo as línguas célticas da Escócia, Irlanda e País de Gales. Outros registos importantes estão associados ao negócio e comércio.

No caso de Moçambique, enquanto os registos-chave se mantiverem na língua portuguesa ou na língua portuguesa em coabitação oficial com as línguas bantu, é muito pouco provável que a língua inglesa venha a ter impacto determinante no país. Mas caso o Inglês conseguisse capturar alguns registos-chave, a língua portuguesa ficaria então em risco. Naturalmente, semelhantes relações em termos do controlo de registos também existem entre a língua portuguesa e as línguas bantu. Um exemplo é o da crescente utilização alternada do português e das línguas bantu em cultos religiosos cristãos.

[7] AZEVEDO, 2005:17-23.

6. Alinhando indicadores de sucesso

É inegável que a língua portuguesa é importante no mundo porque pode abrir várias portas, só que não sabemos exactamente como e porquê precisa de o fazer e quais são as implicações para as outras línguas do sistema ecológico. E quanto à expansão do português, não implicará esta língua necessariamente uma redução da sua relativa importância em termos globais? Estas questões talvez possam, de forma exploratória, conduzir-nos a perguntas do tipo:

• Quantos moçambicanos e angolanos se prevê que venham a falar Português em 2050? Quantos já falarão em 2020, como L2 e como L1, de acordo com as metas traçadas?

• Quantos africanos na SADC têm actualmente algum conhecimento do português? O número obedece a alguma razoabilidade? E que previsões há até ao ano de 2025?

• Que papel o Português desempenha/desempenhará nas suas vidas? Desfrutam/desfrutarão dos ricos recursos culturais que a língua proporciona, ou simplesmente utilizam/utilizarão o Português essencialmente como língua veicular?

• Que efeitos tem/terá a globalização económica na demanda pelo português na SADC?

• Será que a evolução de blocos regionais, como o da SADC, ocorre/ocorrerá no sentido da promoção (e talvez difusão) de línguas francas que desafiam a posição do português em Moçambique?

• Como é que o português contribui/pode contribuir para a modernização económica de um Moçambique (e de uma Angola) mais industrializado?

• Será que a expansão do português está a provocar/pode vir a provocar a extinção de várias línguas bantu em Moçambique e em Angola?

• Será que, ao longo destes anos, o português se tem revelado/se revelará um recurso importante para Moçambique e Angola, proporcionando-lhes vantagens económicas perante outros concorrentes africanos agressivos?

• Tem-se estudado ou se pensa começar a estudar a literatura em línguas bantu, prevendo-se naturalmente e inclusivé o recurso à literatura estabelecida de países vizinhos que partilham a língua bantu em questão?

7. Conclusão

Vejo no português uma mais-valia para todos. Para Moçambique, também pelo facto de servir de *tampão* numa região de países de expressão oficial inglesa com que mantém fronteiras, e, em certa medida, demarcando-o regionalmente dos seus vizinhos, proporcionando-se, assim, maior privacidade, mais tempo para "respirar" no mundo frenético de hoje e uma maior autonomia relativa. Uma língua que ofereça protecção e que, ao mesmo tempo, faculte o diálogo plurilingue negociado e recíproco na região e funcione como *accolade* digna noutras partes do continente e para além.

A situação colonial tornou extremamente difícil a coabitação do português com as línguas bantu e outras línguas, resultando na hegemonia da língua portuguesa e na desvalorização das línguas que, pelo menos, a deveriam ter acompanhado. Argumentei (1997a; 1997b) e continuo a manter a mesma posição de que a língua portuguesa deveria, tanto quanto possível, incorporar nos seus programas de língua e cultura acções conducentes à protecção das línguas indígenas com que coexiste. Trata-se, afinal, de um acto dos direitos humanos linguísticos, um acto de justiça para com as línguas que transitam para uma situação real de coabitação, partindo de um passado de negação e repressão. Ou como Wa Thiong'o, e paralelamente num contexto de expressão inglesa, com propriedade reiterou na semana passada (2012/06/24), ao receber um prémio literário num dos países da SADC:

> …o direito à língua é um direito humano, tal como todos os outros direitos. (…) A classe média africana está a fugir das suas línguas…e neste processo perpetuam o abuso infantil, à escala nacional. Porque negar a uma criança, qualquer criança que seja, o seu direito à língua materna, educar uma criança como falante monolingue do Inglês numa sociedade em que a maioria fala línguas africanas, alienar essa criança do público a que poderá ser chamada a servir está muito próximo do que se considera ser abuso infantil[8]. [4]

As línguas bantu constituem a língua materna para a maior parte dos falantes dos nossos países na região, muito embora a língua hegemónica, nos casos angolano e moçambicano, continue a ser a língua portuguesa. O necessário equilíbrio entre estas duas realidades e uma planificação linguística apropriada permitirá certamente uma correcta difusão da língua portuguesa no espaço da SADC, contribuindo de forma original para uma Organização regional, que se vai construindo pacifica, prospera e inteligentemente. As acções de planificação para este fim deverão resultar de debates em vários fora a organizar no âmbito da SADC e em articulação com as relevantes autoridades já actuantes, como por exemplo, a Universidade Agostinho Neto, a UEM, o Instituto Camões e o sector dos leitorados existentes na região. Falámos no início, do conceito de 'elevada diversidade linguística'. É fundamental que se proceda a um levantamento adequado e à publicação de um texto informativo sobre a situação de tal diversidade na região e sobre a real situação da língua portuguesa na SADC. Importante também que intérpretes, tradutores e aprendentes da língua possam aceder a um espaço digitalizado disponibilizado para instrumentos terminológicos como Dicionários, Léxicos de Usos, etc. Finalmente, e como o referimos anteriormente, o sistema ecológico do Português

[8] "…the right to language is a human right, like all the other rights. (…) The African middle class is running from their languages. In the process, they perpetrate child abuse on a national scale. For to deny a child, any child, their right to mother tongue, to bring up such a child as a monolingual English speaker in a society where the majority speak African languages, to alienate that child from a public that they may be called to serve, is nothing short of child abuse."

penetra em diferentes estados, regiões e comunidades, como é também o caso de Macau. Tendo em conta a relação privilegiada que Moçambique e Angola (mas não só estes estados da SADC) têm com a R.P. da China, e tendo em conta experiências de intercâmbio do passado, como por exemplo a da formação especializada em língua portuguesa de que vários chineses se beneficiaram na Faculdade de Letras da UEM nos anos 70, os programas de difusão da língua portuguesa na região poderiam beneficiar-se de apoios chineses, incluindo por parte do recém-criado Instituto Confucius na UEM em Maputo. Enfim…um mundo de possibilidades aguarda a língua portuguesa.

Bibliografia

AZEVEDO, M.M. 2005. Portuguese: *A Linguistic Introduction.* Cambridge: Cambridge University Press.

DA SILVA, J.F. & L. K. GUNNEWIEK. 1992. Portuguese and Brazilian efforts to spread Portuguese. *Int.* J. Soc. Lang.95, 71-92.

BARROS, A. 2002. A situação do Português em Angola. In M.H.M.Mateus (org.). *Uma Política de Língua para o Português.* Lisboa: Edições Colibri. 35-44.

KACHRU, B.B. 1985. Standards, codification and sociolinguistic realism: The English language in the outer circle. In R.Quirk e H.G. Widdowson (eds) *English in the World: Teaching andLearning the Language and Literatures.* Cambridge: Cambridge University Press. 11-30.

LOPES, A.J. 2012. Língua portuguesa em Moçambique: Timakas, milandos e desafios. Comunicação (mesa de abertura) ao XIV Congresso Brasileiro de Língua Portuguesa e V Congresso Internacional da Lusofonia. IP-PUC/São Paulo, 26-28 de Abril de 2012.

LOPES, A.J. 2009. A cross-linguistic and cross-cultural study of idioms in Portuguese, English and Shangaan. In A.J.Lopes e G.Firmino (orgs/eds) *Linguística, Diversidade Cultural e Integração Regional/Linguistics, Cultural Diversity and Regional Integration.* Maputo: Imprensa Universitária. 69-78.

LOPES, A.J. 2004ª. *A Batalha das Línguas: Perspectivas sobre Linguística Aplicada em Moçambique/The Battle of the Languages: Perspectives on Applied Linguistics in Mozambique.* Maputo: Imprensa Universitária.

LOPES, A.J. 2004b. *The language situation in Mozambique. In R.B.Baldauf Jr & R.B. Kaplan (eds) (2004) Language Planning and Policy: Africa, vol.1—Botswana, Malawi, Mozambique and South Africa.* Clevedon, UK: Multilingual Matters.150-196.

LOPES, A.J. 2002. O Português como língua segunda em África: Problemáticas de planificação e política linguística. In M.H.M.Mateus (org.). *Uma Política de Língua para o Português.* Lisboa: Edições Colibri. 15-31.

LOPES, A.J. 1998. The language planning situation in Mozambique. *Journal of Multilingual and Multicultural Development* 19:5, 440-486.

LOPES, A.J. 1997ª. *Política Linguística: Princípios e Problemas/Language Policy: Principles and Problems.* Maputo: Livraria Universitária.

LOPES, A.J. 1997b. Language policy in Mozambique: A taboo? In R.K. Herbert (ed.) (1997) *African Linguistics at the Crossroads: Papers from Kwaluseni* (pp. 485-500). Köln: Rüdiger Koppe Verlag.

MABASSO, E. 2012. A língua portuguesa em contextos multilingues: Desafios colocados pela integração regional na SADC. Comunicação apresentada ao Seminário Internacional 'Idiomas como Vectores da Integração Regional na SADC'. Gaborone, 15-16 de Março de 2012.

ROBINSON, C.D. 1993. Where linguistic minorities are in the majority: Language dynamics amidst high linguistic diversity. *AILA Review* 10: 52-70.

WA Thiong'o, N. 2012. Speaking my language. Sunday Times Literary Awards/Sunday Times Review June 24: 1-2. *Sunday Times Edition* 24/06/2012.

POLÍTICAS LINGUÍSTICAS E POLÍTICAS EDUCACIONAIS: OS ESPAÇOS DO PORTUGUÊS NO MERCOSUL.

Eliana Rosa Sturza

Sobre o autor

Eliana Rosa Sturza
Representante do Brasil no Comitê Assessor de Políticas Linguísticas do Setor Educacional do Mercosul (SEM)
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil.
Contato: listurza@gmail.com

Resumo

O Tratado de Assunção oficializa, em 26 de março de 1991, a fundação do Mercado Comum do Sul – MERCOSUL, instituindo como línguas oficiais o português e o espanhol. Nos vinte anos de sua existência, a análise que se faz do bloco, desde o ponto de vista das políticas linguísticas, nos permite destacar alguns avanços significativos, entre eles: a oficialização do guarani como mais uma língua do bloco; o funcionamento de programas que promovem as línguas da região nos sistemas escolares, legislações que obrigam a oferta das línguas oficiais (português e espanhol) e uma tendência ao reconhecimento da diversidade linguística e cultural com objetivo de fomentar a integração entre os países que conformam o bloco. As políticas linguísticas em curso para e na região estão direta ou indiretamente associadas às políticas educacionais e buscam responder às demandas do mercado de trabalho regional, à mobilidade dos cidadãos e à cooperação entre diversos setores governamentais e não-governamentais. Os espaços da língua portuguesa, neste contexto, podem ser observados desde diferentes formas de difusão e de sua presença nos países da região que mostram um potencial de expansão do português tanto nos sistemas escolares como fora dele, desde sua presença histórica em territórios fronteiriços até à atual condição de economia emergente do Brasil que faz com que a língua seja um atrativo e tenha um valor para cidadãos que se movem no MERCOSUL e além dele. Segundo analistas políticos e economistas brasileiros, o MERCOSUL é uma plataforma para projeção do Brasil para novos mercados econômicos, logo também para difusão da língua portuguesa. Portanto, nesta perspectiva, faz-se necessário uma política de promoção das línguas enquanto bloco em suas relações internacionais, contribuindo para maior difusão do português no sistema mundial.

Palavras-chave

Língua portuguesa, Políticas linguísticas, MERCOSUL

1. Introdução

O tema deste artigo trata da constituição dos espaços do português no âmbito do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e considera, como ponto de partida, análises realizadas por economistas, cientistas políticos e sociólogos a respeito dos vinte anos de sua existência, para que se possa refletir sobre as condições de promoção da língua portuguesa a partir da nova configuração das políticas educacionais na região abrangida pelo bloco. O MERCOSUL foi criado em 26 de março de 1991, quando da assinatura Tratado de Assunção por parte dos países que na época conformaram o bloco, Argentina, Brasil, Uruguai e Paraguai. Atualmente, também faz parte do bloco a Venezuela e o Paraguai encontra-se suspenso, desde 2012, após conflitos internos que destituiram o então presidente Fernando Lugo. Ao completar duas décadas de existência, aproximaram-se do bloco outros países da região, identificados como países associados: Bolívia, Colômbia, Peru e Chile.

O balanço que fazem os diferentes setores dos países membros tem nos apontado alguns redirecionamentos nas relações multilaterais geradas entre o grupo de países que compõem o bloco, do mesmo modo também no que se refere à sua relação com os demais blocos econômicos mundiais. Observam os especialistas que ainda há grandes desafios e entraves a superar como, por exemplo, as próprias barreiras entre países membros do bloco, ou seja, ampliar o comércio na região, ajustar tarifas aduaneiras, entre outros. Embora não tenha desenvolvido ações de maior impacto especificamente no que diz respeito às políticas linguísticas e educacionais, houve, no entanto, uma notável organização do setor educacional. Neste chamado Setor Educacional do MERCOSUL (SEM) interessa-nos o Grupo de Trabalho de Políticas Linguísticas (GTPL) e, posteriormente, o Comitê Assessor de Políticas Linguísticas (CAPL). Criou-se uma estrutura nas instâncias governamentais para agilizar, negociar e acordar planos estratégicos de educação (e do tratamento das línguas), deste modo, o bloco se fortalece no plano educacional, já que inicialmente ele priorizou os setores comerciais, aduaneiros, econômicos e políticos.

Neste contexto de avaliação, propõe-se uma reflexão sobre o desenvolvimento das políticas linguísticas sobre as línguas oficiais do bloco, em especial, as relativas à língua portuguesa.

2. O MERCOSUL: políticas linguísticas e políticas educacionais

O MERCOSUL refere-se, em termos de abrangência geográfica, à região mais ao extremo sul do continente americano, sendo uma organização multilateral que surgiu no cenário regional como projeto de integração comercial e econômica a partir da experiência da Comunidade Européia e tendo-a como modelo. O conjunto de países que o compõem passa a buscar alternativas não só para estreitar seus laços comerciais e seus negócios, mas também sair de uma perspectiva econômica sobremaneira fundamentada para um mercado nacional mudando, então, para um de contexto regional.

Eliana Rosa Sturza

Figura 1 - índices baseados nas fontes do Ministério Relações Exteriores do Brasil

Na esteira das relações político-econômicas, a análise dos economistas é de que há muito que andar como já se mencionou antes, além de entraves a serem superados e resolvidos, há desde aqueles que dizem respeito à agilização e à uniformização de trâmites aduaneiros até aos que demandam o estabelecimento de normas para o reconhecimento e a revalidação de estudos. Entre as muitas demandas que se destacam estão aquelas relacionadas ao mundo do trabalho, pois exigem uma preparação mais qualificada e condizente com os modos de produção da região, e não mais restritos aos próprios de cada país. A identidade a ser construída deste cidadão do MERCOSUL deve permitir sua melhor circulação e aceitação, sobretudo, nesse mundo do trabalho. No entanto, é consenso que existe a necessidade de se investir cada vez mais, em especial, nos sistemas de educação dos países, tendo no horizonte a integração, exigindo compromissos das instituições em preparar e qualificar este cidadão, que deverá circular além das fronteiras nacionais.

Nesta conjuntura, os governos buscaram dar impulso ao setor educacional, deixando mais claro a emergência de políticas relativas à gestão e à promoção das línguas oficiais dos países membros, entendendo que este aspecto potencialmente gera condições de fortalecer o processo de integração. Ao longo desses vinte anos de assinatura do Tratado de Assunção, é destaque o fato de que a aproximação dos países produziu ações político linguísticas como a oficialização, em 26 de novembro de 2006, da língua guarani, tornando-a a terceira língua oficial do MERCOSUL. Um gesto político que implica, a partir desta data, tal como aconteceu com português e o espanhol, levar em conta a situação social, política e demográfica do guarani, de um planejamento de inserção dessa língua em maior escala e em diferentes espaços nos países do bloco, muito além de ser apenas mais uma língua onde serão publicados os documentos oficiais do MERCOSUL.[1] Esta realidade que vai se apresentando instiga propostas de ações de planejamento linguístico para normalização da língua guarani nas instâncias governamentais assim como no desenvolvimento de projetos e programas para sua efetiva inclusão no âmbito do MERCOSUL, de modo a incluí-la nos sistemas escolares, tal qual o português na Argentina e Uruguai e o espanhol no Brasil.

[1] Na prática ainda não se observa o uso da língua guarani em documentos oficiais do bloco.

O Acordo, desde sua assinatura, já sinalizava o papel que deveria ser assumido pelos governos no sentido de propor políticas de promoção das línguas do bloco. Tratava-se, na verdade, e ainda trata-se, de colocar em prática políticas que levem à efetiva inclusão dessas línguas no sistema escolar dos países membros e para além dele. Os planos de ação elaborados pelo Setor Educacional do MERCOSUL (SEM) ao longo desses vinte anos tiveram e têm por objetivo planejar estrategicamente ações no setor educacional para acompanhar o crescimento do bloco e contribuir na nova configuração sócio-econômica e política da Região, tendo como objetivo maior é integração, alavancada pelos sistemas educacionais. Isto implica também, que o papel do MERCOSUL Educacional é antes de tudo definir políticas para os vários níveis de educação, neste caso, sobre os eixos da *cooperação, mobilidade e revalidação,* orientando programas, projetos e grupos de trabalho bem como a aplicação de recursos para seu desenvolvimento. O incremento em ações em outros setores da sociedade mercosulina, se assim se pode chamar, vem se concretizando através de projetos e programas multilaterais que passam a dar maior vigor ao MERCOSUL pelas temáticas educacionais e culturais.

É fato que programas e projetos são formalizados e formulados desde seus espaços institucionais. Neste sentido, o SEM, com seus Grupos de Trabalho (GTs), Comitês e Coordenadorias assim como a Associação das Universidades do Grupo de Montevideo (AUGM), exemplificam tanto espaços governamentais como interinstitucionais surgidos já sob a ótica de um espaço transnacional, que passa a fortalecer as possibilidades de integração tangenciando os interesses que, em princípio, tinham caráter mais comercial e econômico.

A AUGM é uma rede interinstitucional de educação superior que reúne universidades da região, tendo como eixo de atuação a mobilidade (docente e discente), a criação de redes de pesquisa, de jornadas de pesquisa e extensão, de financiamento em conjunto de projetos regionais. Nesta associação há um núcleo disciplinar[2] que trata do Ensino de Português e Espanhol como Línguas Segundas e Estrangeiras (Grupo PELSE).

Em relação ao Setor Educacional do MERCOSUL, há o Comitê Assessor de Políticas Linguísticas, o Grupo de Formação Docente de Professores de Espanhol e Português e o Grupo das Escolas de Fronteira[3]. Estas instâncias buscam trocar experiências, propor ações conjuntas, defender interesses comuns, encontrar mecanismos para validar estudos na área, identificando situações específicas que a própria conformação do bloco os fez enfrentar como projeto transnacional.

Em 2011, o Grupo de Trabalho de Políticas Linguísticas (GTPL) passou a ser um Comitê Assessor de Políticas Linguísticas (CAPL). A reconfiguração de sua função na estrutura do SEM desde o plano estratégico 2011 – 2015 definiu seu papel como sendo transversal, ou seja, ampliou-se a função do comitê permitindo que o mesmo estabeleça uma articulação com as distintas coordenadorias, comissões e subgrupos do SEM. Esta mudança, considerando a criação dos dois grupos mencionados anteriormente, identifica que o CAPL tem um papel e funções significativas enquanto comitê assessor, pois os temas da agenda de trabalho vai na direção de propor uma política comum para as línguas na Região, sobretudo nos sistemas escolares dos países membros do bloco. Neste sentido, também possibilita discutir a questão das línguas nos diferentes níveis de ensino, inclusive no ensino técnico, com experiências como as das Escolas Técnicas Binacionais Brasil – Uruguai a qual expôs novas necessidades de

[2] A AUGM tem na sua estrutura Comitês Acadêmicos e Núcleos Disciplinares que reúnem áreas do conhecimento de diferentes instituições.

[3] O Grupo Escolas de Fronteira representa, no SEM, o Programa das Escolas Interculturais de Fronteira (PEIF), que iniciou suas ações no ano de 2005, a partir de um acordo bilateral Brasil-Argentina com objetivo de implementar as Escolas Bilíngues de Fronteira.

aprendizado das línguas, de proficiência nas mesmas e de sua certificação. As línguas são entendidas como relevantes na formação, em virtude de que serão um diferencial na vida profissional de cidadãos que vão atuar de um lado e outro das fronteiras, assim como nas demais regiões abrangidas pelo MERCOSUL.

Muitas das políticas sobre as línguas se fazem mais evidentes porque são provocadas, produzidas no eco do que se faz em um país, logo servindo de modelo. Uma delas é a que diz respeito às leis de obrigatoriedade de ensino de espanhol no Brasil e a de obrigatoriedade de ensino do português na Argentina. Guardadas suas diferenças, são espelhamentos positivos de garantia da presença gradual dessas línguas no meio escolar, o que por consequência aumenta o interesse pela carreira de professor de línguas, estimula a criação de cursos de formação inicial e continuada, movimenta o mercado editorial e o consumo de bens culturais. Há inclusive iniciativas de publicações promovidas e financiadas pelos países membros com a finalidade de difundir a língua e a cultura, como por exemplo, a biblioteca bilíngue português–espanhol.

Outro exemplo de ações que mostram a aproximação dos especialistas e troca de tecnologias, é o caso do modelo de exame de proficiência do português desenvolvido pelo Brasil, o CELPE-Bras, que serviu de inspiração para a criação do CELU (Certificado Lengua y Uso), exame de proficiência de espanhol, elaborado e aplicado por um consórcio de universidades argentinas.

3. Os Espaços da Língua Portuguesa no MERCOSUL:

Pode-se dizer que os espaços da Língua Portuguesa no MERCOSUL são ou advindos de uma condição natural das fronteiras hispano-brasileiras, pelo seu modo de ocupação e trânsito de pessoas; ou são por resultado da própria organização do MERCOSUL, que contribuiu para ampliar esses espaços a partir da sua existência.

A ocupação e os processos migratórios de brasileiros além das fronteiras geopolíticas, na Argentina, Paraguai e Uruguai corresponde a períodos históricos diferentes e a ciclos de mobilidade social importantes no desenvolvimento econômico das zonas fronteiriças e que tiveram papel significativo na maior ou menor presença da língua portuguesa nessas zonas. No caso do Uruguai essa presença é anterior à definição dos limites territoriais, quando foram estabelecidas as fronteiras pelos impérios de Portugal e Espanha, no período colonial.

No século XVIII a ocupação do norte do Uruguai foi motivada pela exploração de terras e pasto e correspondeu aos ciclos econômicos da produção de carne, charque e, mais tarde, do arroz. A quantidade de brasileiros era representativa tanto demográfica como economicamente. Um censo realizado na época, meados dos anos setenta do Século XIX, dava conta de 30 mil brasileiros ou descendentes lusos- brasileiros nessa região. Tal presença foi determinante tanto para o surgimento como para a manutenção de um, primeiro nomeado de "Fronterizo"[4] e depois chamado "Dialecto del Portugués del Uruguay" (DPU)[5]. Dialetos oriundos do português falado por esses brasileiros que se fixaram no norte do país. O DPU continua fortemente identificado com a origem da população, inicialmente com os da zona rural e depois com falantes menos instruídos das zonas urbanas, que seguiram usando-o como língua materna[6]. Nesta zona fronteiriça o

[4] RONA: 1965.
[2] ELIZAINCIN, BARRIOS & BEHARES, 1987,
[2] Embora a sigla tenha sido adotada para referir ao dialeto, os pesquisadores identificaram que existem mais de um dialeto de base portuguesa, não sendo o mesmo nas comunidades uruguaias ao longo da fronteira com o Brasil.

português é a primeira língua de muitas comunidades ou a segunda língua de muitas famílias. Os falantes dessa variedade do português uruguaio[7] (CARVALHO, 2003) têm origem em famílias brasileiras ou são pertencentes de novos núcleos familiares resultantes de casamentos entre brasileiros/as com uruguaios/a e vice-versa. Há outros fatores que contribuem para a presença do português brasileiro como a forte influência dos meios de comunicação do Brasil, como rádio e televisão. Este quadro do português do e no Uruguai também produz situações de diglossia, com alternância de usos do DPU/ PU e do espanhol, segundo o contexto social em que estão inseridos os falantes.

O português do Uruguai, tal como hoje em dia tem sido designado é considerado então uma língua do país. Esta situação se reflete na oferta do ensino formal da língua portuguesa, em programas como: *Programa de Inmersión Dual Espanhol – Portugués,* desenvolvido nos departamentos fronteiriços como Artigas, Rivera e Cerro Largo e o *Programa de Enseñanza de Portugués por Contenidos Curriculares*, também desenvolvido em Artigas, Rivera e Rocha. O Documento da Comissão de Políticas Linguísticas, da Administração Nacional de Educação Pública (ANEP), na sua proposta de reestruturação do ano de 2008, propõe a oferta obrigatória do português para os três níveis de ensino: primário, secundário e superior. Não há lei de obrigatoriedade do ensino português no Uruguai, posto que a partir desses documentos oficiais, ela é reconhecida como uma variedade do português, ou seja, como português do Uruguai - PU.

Barrios (2008, p.79), considerando no repertório linguístico fronteiriço, os DPUs e o português, destaca que a língua portuguesa é cada vez mais presente na educação oficial desde 1996. E afirma que a presença do português, que

> Se trata, en efecto, de la única minoría lingüística autóctona de Uruguay que tiene posibilidades reales de mantenimiento de la lengua, ya que las minorías migratorias arribadas desde mediados del siglo XIX hasta mediados del siglo XX están desde hace tiempo en franco proceso de asimilación.

Em relação à fronteira com Argentina, a história de ocupação é mais tardia, a entrada de brasileiros, inclusive de teuto-brasileiros, na região de Misiones, nordeste argentino, ocorreu por volta da metade do século XX, durante o ciclo da erva-mate e da exploração da madeira. Nesta zona, a presença do português foi identificada no uso de um "Dialecto Híbrido", nomeado pelos falantes como "portunhol". A presença do português, como no caso uruguaio, acaba por estar relacionada com conflitos linguísticos que aparecem na escola, nas situações de aprendizagem (sobretudo na alfabetização) de crianças oriundas dessas famílias[8]. Neste caso, a situação linguística é plurilíngue e complexa, porque além do português e do espanhol, há as línguas indígenas e línguas de imigrantes como alemão, polonês, russo, entre outras.

Lía Varela[9] aponta para a necessidade de uma reflexão, inclusive do ponto de vista terminológico, para responder a situação das línguas existentes, praticadas e ensinadas na zona do MERCOSUL. No que se refere à língua portuguesa, considerando o quadro das línguas estrangeiras na Argentina, ela propõe denominá-la também como "lengua de la vecindad" ou "lengua oficial del MERCOSUR". Evidentemente que há pontos de vistas políticos, científicos e educativos para tal designação, sem deixar de fora as variedades praticadas na fronteira como o que se chama de "Portunhol", que apresenta fortemente uma base portuguesa.

[7] Designado por Carvalho (2003) como Português do Uruguai – PU.
[8] CAMBLONG, 2002.
[9] VARELA, 2010.

A lei de ensino de português na Argentina, publicada em 17 de dezembro de 2008, torna obrigatória a oferta da língua portuguesa nas escolas secundárias e oferta facultativa nas escolas primárias, especialmente, nas províncias fronteiriças com o Brasil. O país vive o desafio de habilitar docentes em língua portuguesa para atuar no ensino da língua na educação pública. Os dados de 2008 apresentados por Varela[10] mostram que dos graduados em línguas estrangeiras nos Institutos de Formação Docente, até aquele momento, somente 1% graduaram-se em língua portuguesa. Quanto à oferta do português no sistema escolar, ela é maior nas províncias limites com Brasil (Corrientes e Misiones) e nessas zonas fronteiriças a oferta, por força da lei, tornou-se obrigatória e vem sendo implementada aos poucos. Verifica-se ainda a aumento significativo da oferta de português nas províncias que compõem a chamada "Ruta del MERCOSUR"[11].

No caso do Paraguai, a presença de brasileiros nas fronteiras está identificada em uma extensão de quase cem quilômetros para dentro do território paraguaio. É um fenômeno de ocupação e imigração que aconteceu a partir dos anos setenta do século XX e que provocou um forte impacto na economia na zona de fronteira, tendo repercussões nas relações sócio-políticas que produziram conflitos nas zonas fronteiriças com o Brasil. Segundo dados do Ministério de Relações Exteriores do Brasil, no ano de 2002, havia cerca 500 mil brasileiros no Paraguai, equivalendo a 10% da população do país, que é pouco mais de 5 milhões de habitantes[12].

Do mesmo modo que ocorreu no Uruguai no séc.XIX e na Argentina em meados do século XX, a ocupação de brasileiros no lado paraguaio levou a conflitos de todo tipo, talvez com maior impacto, e de maneira especial, porque os brasileiros interferem nos modos de produção, com uso de mais tecnologia e melhores condições de desenvolver a agricultura, o que leva também a uma presença dominante do português como língua da região, sendo parte importante da natureza dos conflitos que ali se produzem. Este tipo de conflito se materializa de modo significativo na escola, onde se acirram o preconceito linguístico, a construção de estigmas relacionados às diferenças sociais e ao sentimento de invasão por parte da população local, pois o uso da língua portuguesa contribuiu muito para criar um estigma em relação aos filhos de brasileiros, chamados "brasiguaios". Por outro lado, revela o aspecto negativo do conflito pela língua, que está associado à dominação dos fazendeiros brasileiros na região.

De acordo com os dados do censo do Paraguai do ano de 2004, apresentados por Albuquerque[13], o português é a terceira língua mais usada pelos paraguaios, depois do espanhol e do guarani, sendo praticada por 63,1% da população urbana e 36,9 % pela população rural, correspondendo a esses mais de 500 mil brasileiros no país. O que nos revelam esses dados é que também há uma população que maneja duas línguas como espanhol-português, sendo 72,3 % na zona urbana e 27,7 na zona rural. Já o índice guarani–português é de 80,2% na zona urbana e 19,8% na zona rural. A análise que se pode fazer, a partir destes dados, é que a expansão do português não é restrita às zonas rurais e que apontam para sua manutenção e domínio nas zonas urbanas.

As políticas de promoção do português no Paraguai são escassas se comparadas com as da Argentina e Uruguai. No ano de 2007, Brasil e Paraguai instituíram um Programa Executivo Educacional com objetivo de promover a língua e cultura brasileira no país, com ações como a de criação de uma licenciatura em Língua Portuguesa, para formação de docentes, a formalização da entrada do Paraguai no Programa das Escolas Interculturais de Fronteira e a criação de um leitorado de língua portuguesa e literatura brasileira em universidade paraguaia, além de um

[10] VARELA, 2010.
[11] Relacionada às rotas comerciais e turísticas utilizadas por brasileiros na Argentina
[12] ALBUQUERQUE, 2009.
[13] ALBUQUERQUE, 2010.

acordo de cooperação entre a Coordenação de Aperfeiçoamento de pessoal de Nível Superior Docente (CAPES), do Brasil e a Universidade Nacional de Assunção (UMA), do Paraguai, com o objetivo de criar um curso de licenciatura em Língua Portuguesa e Literatura Brasileira[14].

4. Considerações Finais:

O fato de que existe um trânsito fronteiriço já estabelecido entre as comunidades nas zonas de fronteira é determinante para a maior ou menor entrada da língua portuguesa. Essas fronteiras desenvolveram dinâmicas que se intensificam pela existência das cidades-gêmeas, pelo comércio intenso que funciona muito orientado pelo fluxo cambial e, sobretudo, porque essas comunidades também são um lugar de passagem de todo tipo, de pessoas e de mercadorias, de modo legal e ilegal[15].

Nesse tipo de fronteira, é observável o crescimento do interesse pela língua portuguesa. Em especial nesses últimos anos com um maior desenvolvimento econômico do Brasil, a língua passou a ser um atrativo, à medida que saber a língua é tomado como um valor no mundo do trabalho, ampliando possibilidades profissionais e de integração social. O português tem exercido influência no cotidiano das comunidades argentinas, uruguaias, paraguaias de várias maneiras. Na fronteira com a Argentina, por exemplo, registramos na experiência do Programa das Escolas de Fronteira, a partir dos diagnósticos sociolinguísticos que a atitude dos falantes argentinos, uruguaios e paraguaios em relação ao português é muito mais positiva do que a da comunidade escolar brasileira em relação ao espanhol. Acredita-se que contribui para esta situação, além do fato de o Brasil se tornar uma referência de desenvolvimento sócio-econômico[16], as cidades brasileiras serem maiores, mais desenvolvidas e exercerem muita influência através da mídia televisiva, com programas de entretenimento, telenovelas, mini-séries e telejornais, mesmo com fenômeno da TV a cabo, a cultura brasileira está muito presente nas preferências por programas brasileiros, inclusive, os das rádios locais. Na fronteira com o Uruguai, onde temos casamentos de uruguaia/os e brasileira/os, festas regionais, atividades culturais e diversos negócios, nota-se o uso do português também como uma língua da identificação dos fronteiriços, falantes das duas línguas, português e espanhol ou ainda de DPU (PU) ou o "portunhol".

Levando em conta o panorama apresentado, os espaços da língua portuguesa no MERCOSUL estão relacionados à história de ocupação sócio-econômica das fronteiras para além dos limites territoriais por parte do Brasil, às ações interinstitucionais e governamentais que formalizam instâncias que contribuem de modo direto e indireto para promoção da língua, sobretudo, nos sistemas educacionais dos países membros do bloco.

Por último, esse panorama nos permite perceber que não há uma proposta de difusão das línguas do MERCOSUL enquanto bloco, frente a outros blocos econômicos, o que poderia politicamente fortalecer as línguas oficiais nas suas relações internacionais e, no caso da língua portuguesa, ampliar sua relevância no sistema mundial como língua dos organismos internacionais.

[15] STURZA, 2010.

[16] O PIB do Brasil representa 83,0% do PIB do MERCOSUl (2010), segundo gráfico apresentado por http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/30969-os-numeros-do-mercosul.shtml

Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE, José Lindomar. 2009. A dinâmica das Fronteiras: deslocamento e circulação do 'brasiguaios' entre os limites nacionais. In *Horizontes Antropológicos.* Porto Alegre, ano 15, nº 31.

ALBUQUERQUE, José Lindomar Coelho. 2010. *A dinâmica das fronteiras: os brasiguaios entre o Brasil e o Paraguai.* São Paulo: Annablume.

ALMEIDA, Patrícia & Andrea Duarte BELFORT. 2010. Ensino do português no contexto do Mercosul: revisitando o passado para compreender o presente e planejar futuras ações. *In Horizontes de Linguística Aplicada*, v. 9, n.2, p. 13-35.

BARRIOS, Graciela. 2008. Construcciones y reconstrucciones discursivas. Repertorio linguístico fronterizo y enseñanza de portugués In. *Portugués Lengua Segunda y Extranjera em Uruguay . Actas del Primeiro Encontro de Português Língua Estrangeira no Uruguai.* Laura Masello (org) p.77-98. Montevidéu, UDELAR, Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, CSIC, Departamento de Publicaciones.

CAMBLONG, Ana. 2002. *Habitar la Frontera: un viaje perpetuo a lo paradójico.* Lima- Perú. V Congreso Latinoamericano de Educación Intercultural Bilíngüe. 6 a 9 de agosto de 2002.

CARVALHO, Ana Maria. 2003. Rumo a uma definição do Português Uruguaio. *Revista Internacional Iberoamericana.* (RILI). Madri: editorial Verveurt. V.1, nº2. 125-149.

Documentos de la Comisión de Políticas Linguísticas en la Educación Pública. Adminstración Nacional de Educación Pública – ANEP. Consejo Directivo Central. Montevidéu, 2008

ELIZAINCíN, A.; BARRIOS, G. & L. E. BEHARES. 1987. *Nos falemo Brasileiro. Dialectos Portugueses del Uruguay.* Motevidéu: Ed. Amesur.

RONA, José Pedro. 1965. *Dialecto Fronterizo del Norte de Uruguay.* Montevidéu: Adolfo Linardi Librería.

STURZA, Eliana Rosa. 2011. Fronteiras, Línguas e Sujeitos In *Fronteiras em Foco*. Edgar A. Costa; Gustavo Vilhalba L. da Costa, Marco Aurélio M. de Oliveira (Orgs.), Campo Grande– MS: editora UFMS..

VARELA, Lía. 2010. Construyendo una política de lenguas extranjeras para el sistema educativo argentino. In 3er. *Foro de Lenguas de ANEP.* P 283-299, Montevidéu, 8 a 10 de Outubro.

TECNOLOGIAS E INSTRUMENTOS LINGUÍSTICOS PARA A PRESENÇA DO PORTUGUÊS NOS ORGANISMOS: TERMINOLOGIA EM LÍNGUA PORTUGUESA

Maria da Graça Krieger

Sobre o autor

Maria da Graça Krieger
Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), Brasil
Contato: kriegermg@gmail.com

Resumo

Os termos técnico-científicos são componentes integrantes e essenciais de toda comunicação profissional. Sua funcionalidade reside na expressão de conceitos, objetos e processos de cada área profissional. Logo, o conhecimento e o uso compartilhado das terminologias contribuem para evitar ruídos, tornando a comunicação profissional mais eficiente. Glossários, dicionários técnicos e bancos de dados terminológicos são os instrumentos linguísticos clássicos de registro e consulta às terminologias. Do ponto de vista operacional, as terminologias organizadas e devidamente divulgadas sob a forma desses instrumentos linguísticos, especialmente, se bi ou multilíngues, favorecem o incremento das relações internacionais, dos intercâmbios científicos, tecnológicos, culturais, além das transações do mundo dos negócios. Daí a importância de organizar e compatibilizar as diferentes variantes terminológicas do português da CPLP para registrá-las e divulgá-las em um banco de dados de terminologias. Trata-se de uma ferramenta que facilita a busca de informação em língua portuguesa tanto nos organismos internacionais, quanto em outros setores de importância econômica, científica e tecnológica das sociedades. É também uma estratégia que evidencia um princípio de valorização das identidades culturais dos países integrantes da CPLP, bem como há de auxiliar muito a promover o potencial produtivo, científico e cultural desses países.

Palavras-chave

Terminologia técnico-científica, Bancos de dados terminológicos, Recuperação da informação técnico-científica em língua portuguesa.

1. Terminologia

Como fenômeno da linguagem, a terminologia é bastante antiga, visto que desde que o ser humano se comunica sobre temas que refletem um conhecimento específico não pode dispensar termos técnicos. Rondeau[1] lembra que os vocábulos especializados já eram utilizados pelas civilizações da Antiguidade Clássica, pelos pensadores, bem como utilizados pelos comerciantes cretas em suas transações comerciais, entre outras situações.

Essa antiguidade explica também por que não há comunicação profissional sem termos técnicos. Diante disso, entende-se ainda que uma terminologia corresponde ao conjunto dos termos técnico-científicos de uma área científica, técnica, tecnológica. Um conjunto dessa natureza constitui o que é denominado, por exemplo, de terminologia médica, jurídica, da informática, da economia, da botânica, da ecologia, entre tantas outras possibilidades. Dito de outro modo, o vocabulário típico dos grupos profissionais equivale à terminologia da sua área de especialidade.

O fato de os termos técnico-científicos constituírem-se em componentes essenciais e não acessórios das comunicações profissionais vincula-se à sua funcionalidade na expressão do pensamento a exemplo do papel que cumpre um termo como *ação penal* e *jurisprudência* no Direito, *hipertensão* na Medicina e também *rede* e *vírus* na Informática.

> As terminologias servem, portanto, para marcar as diferenças que têm uma significação em um sistema científico ou de raciocínio lógico e teórico, ou que foram constatadas pela observação científica (CLAS, 2001: 34).

Efetivamente, a delimitação conceitual é o traço marcante que divide as palavras dos termos, como se pode ver em relação a um item lexical como *casa*, que:

- para o leigo, significa moradia, podendo ser também um apartamento;
- para o engenheiro da construção civil significa um determinado tipo de edificação, distinto de apartamento;
- para o jurista, é moradia, logo, um bem inviolável, não importando se casa ou apartamento.

Em razão de sua característica maior, ou seja, delimitar conceitos próprios das áreas profissionais entende-se que:

> Para os especialistas, a terminologia é o reflexo formal da organização conceptual de uma especialidade e um meio inevitável de expressão e de comunicação profissional (CABRÉ, 1993: 37).

[1] RONDEAU, 1984.

Mas além de termos de um campo de saber, a referência à terminologia designa um ramo dos estudos linguísticos, cujo objeto primeiro de investigação é o próprio termo, compreendido como unidade lexical de valor especializado, porquanto integra o conjunto denominativo e conceptual das ciências e das técnicas e das tecnologias. A pesquisa teórica está relacionada, em primeiro plano, à descrição das características, e das estruturas morfológicas das terminologias, além do estudo dos componentes cognitivos e pragmáticos que conferem estatuto terminológico às unidades lexicais de um sistema linguístico. Em sua face aplicada, o trabalho terminológico ou terminográfico, assim denominado para manter uma correspondência com a lexicografia, busca definir princípios e métodos orientadores da elaboração de glossários, dicionários técnico-científicos, bancos de dados terminológicos, ontologias, além de outros produtos que sistematizam e divulgam termos específicos de uma área.

É interessante observar que o século XX tornou-se o cenário maior de grande desenvolvimento e consolidação da terminologia, quer como instrumental linguístico a serviço da comunicação profissional, quer como campo de conhecimento. O crescimento de termos técnicos em todos os idiomas está diretamente relacionado à exponencial ampliação do conhecimento científico e da produção tecnológica, uma das mais marcantes características da contemporaneidade. Dessa forma, novos termos surgem e, multiplicam-se, para "batizar" as inovações nos mais variados campos.

Nesse mesmo cenário, cresce também o interesse pela terminologia em razão de sua funcionalidade na comunicação profissional. Um termo não é apenas representação de um nódulo conceitual de uma área ou designação de uma inovação tecnológica, mas é também forte recurso linguístico de precisão conceitual. O uso de termos contribui, em muito, para tornar a comunicação especializada mais objetiva, menos sujeita a ambiguidades e, consequentemente, mais eficiente, já que favorece uma compreensão comum sobre os conceitos, objetos e processos expressos pelas terminologias.

Essa funcionalidade expressiva e conceitual operada pelos termos técnico-científicos explica também o motivo pelo qual o mundo globalizado, cuja mola mestra é o intercâmbio comercial e a consequente ampliação das relações internacionais, tem conferido relevância às terminologias. Tanto assim é que se destaca, no panorama internacional, uma série de iniciativas para organizar e divulgar as terminologias de uma língua, bem como criar condições de registro de equivalentes dos termos em outras línguas. Este é o caso da União Europeia que, em seu projeto de unificação, criou um banco de dados de terminológicos, o *Eurodicautom*. Isso para que nele fossem registrados termos de várias áreas definidas como prioritárias para as trocas comerciais e os intercâmbios científicos e culturais nas línguas oficiais da União Europeia. Em síntese, foi estabelecida uma política linguística em relação às terminologias, correlacionando as línguas integrantes desse contexto geopolítico.

Trata-se assim de ver que as terminologias sistematizadas e multilíngues constituem um instrumento de recuperação da informação de grande valia ao trabalho de tradutores, intérpretes e toda sorte de profissionais que lidam com a linguagem.

Hoje, pode-se dizer que muitos segmentos da sociedade já compreenderam que o uso adequado de termos é fator indispensável para a divulgação da ciência e de produtos tecnológicos, bem como para o assentamento de toda sorte de contratos comerciais e sociais entre outras tantas outras atividades. Tal como se constata, o conhecimento e o uso compartilhado das terminologias contribuem para evitar ruídos, tornando a comunicação profissional mais eficiente. A comunicação unívoca é uma condição necessária a um eficiente intercâmbio comunicacional entre especialistas, mas também entre sujeitos que necessitam atuar profissionalmente de forma compartilhada e coordenada.

Vista sob esse ângulo, a terminologia sistematizada sob a forma de glossários, de dicionários técnicos bi ou multilíngues, bem como bancos de dados terminológicos plurilíngues representam uma importante estratégia de valor econômico, apoiada no princípio de valorização das identidades culturais e produtivas de cada país. Daí por que é necessário que os países de língua portuguesa preocupem-se em organizar e divulgar os termos que foram cunhados e são usados em suas comunicações profissionais.

2. Políticas linguísticas e instrumentos terminológicos

Considerando, inicialmente, que a língua é fator de identidade nacional e que o uso comum de termos técnico-científicos contribui para diminuir os ruídos de comunicação, posto que o termo delimita um sentido específico e estabelece uma única referência na comunicação profissional, o desenvolvimento de uma política linguística no plano das terminologias de língua portuguesa deve ser implementado.

Efetivamente, um passo importante para tornar o português presente nos organismos internacionais é facilitar a consulta às terminologias de nossa língua, relativas a áreas de interesse tanto das organizações internacionais, quanto de atuação de nossos países na afirmação de seus desenvolvimentos. A abrangência das áreas pode cobrir, além de um quadro terminológico facilitador da comunicação administrativa internacional, inúmeros campos de atuação de natureza comercial, jurídica, científica, tecnológica e cultural.

Diante disso, é possível agir em duas direções necessárias e complementares, cobrindo tanto um âmbito interno, quanto outro de alcance internacional. No primeiro caso, trata-se de organização terminológica interna – individual ou coletiva – dos países integrantes da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Em geral, os países de língua portuguesa ainda não têm seus termos técnicos devidamente organizados em instrumentos de consulta. No caso do Brasil, ainda há uma carência de glossários e de dicionários terminológicos. Apesar disso, os sites dos organismos oficiais como ministérios e secretarias de Estado, cada vez mais estão divulgando glossários com termos e conceitos de suas respectivas áreas de atuação. Este é o caso, por exemplo, do Ministério da Saúde que divulga glossários sobre a AIDS, Nutrição etc. Apesar desse avanço, o Brasil ainda não dispõe de um instrumento tecnológico que unifique e sistematize a terminologia "oficial" criada e praticada no país, tal como deve ocorrer com outras nações de língua portuguesa.

Em cada país, a organização interna pode ser feita, inicialmente, sob a forma de um banco de dados de terminologias de cada país integrante da CPLP. Tal operacionalização requer muito trabalho, necessita de princípios metodológicos claros para contemplar as terminologias cunhadas e que circulam em cada país, compreendendo a variação linguística interna e externa. Esta última visão é a que vai compatibilizar as variantes terminológicas de nossos países. Todo esse desenvolvimento deve oferecer substrato para um projeto coletivo de organização terminológica da língua portuguesa em áreas de interesse científico, tecnológico, comercial e cultural, determinadas pelos países da CPLP.

A segunda direção, antes mencionada, é de âmbito internacional. Diferentemente da primeira direção que visa à organização terminológica monolíngue, essa direção maior visa ao trabalho plurilíngue. Retomando o propósito de desenvolver estratégias que coloquem o português nas organizações internacionais, cabe uma orientação para a tradução.

De fato, a presença do português, por exemplo, na Organização das Nações Unidas (ONU), vai exigir equivalências de termos e de fraseologias que constam do UNTERM, a *Base de datos de terminología multilingüe de las Naciones Unidas*:

> Esta base de datos se ha recopilado a lo largo de los años en respuesta a las demandas de terminología y nomenclatura por parte del personal de las Naciones Unidas. Se ha colocado en Internet para facilitar la labor de todas aquellas personas en el mundo que participan en el trabajo de la Organización pero no tienen acceso a la Intranet de la Secretaría (UNTERM, 2006, *on line*).

Assim, como um dos passos iniciais, torna-se fundamental o trabalho de tradução das estruturas terminológicas e fraseológicas, privilegiadas pela ONU. A importância dessa tradução vincula-se à compreensão de que o emprego correto de termos técnico-científicos contribui para o alcance da precisão semântico-conceitual que toda tradução de texto especializado obrigatoriamente requer. Isso confere também ao texto de chegada grande parte das características expressivas comumente usadas pelos profissionais do mesmo campo de atuação.

O trabalho tradutório é de tal forma importante como ilustra a problemática que envolve a tradução jurídica, conforme manifesta Luis Henrique Ventura, advogado, especialista em contratos internacionais:

> A interpretação imperfeita do texto de um contrato pode gerar grandes riscos para as partes contratantes. Por esta razão, a terminologia jurídica utilizada nos contratos internacionais, que influencia na segurança das relações jurídicas deles advindas, merece especial atenção. (VENTURA, 2002:19)

O mesmo autor exemplifica seu postulado, dizendo que:

> Ao traduzir as palavras "article" e "section", por exemplo, os (supostos) equivalentes que primeiro vêm à mente do tradutor são "artigo" e "secção".
> Por força deste equívoco, muito já se disse e se tem dito no Brasil que a Constituição norte-americana só tem sete artigos. Isso não é correto. Na verdade, aquela constituição possui sete "articles", que são subdivididos em "sections". No sistema brasileiro, as leis são divididas em seções e estas em artigos, enquanto que no sistema americano os "articles" são divididos em "sections", aqueles são as "seções" e estas os "artigos". (VENTURA, 2002: 112)

Diante de todo esse quadro de atividades, que não é pequeno, lembramos que é necessário dar conta das traduções necessárias, à busca adequada de equivalentes em português dos termos em outros idiomas. Essa é uma das condições para a introdução do português como língua oficial e de trabalho dos organismos internacionais, nos quais a CPLP entende importante integrar. Por outro lado, a operacionalização dos instrumentos terminológicos monolíngues não pode prescindir de diretrizes metodológicas. Isso inclui a compatibilização das variantes linguístico-terminológicas presentes nos países integrantes da CPLP. Esse direcionamento há de fortalecer as relações e o sentido de comunidade de fala portuguesa de nossos países.

Ao modo de conclusão cabe reiterar que a preocupação com a organização da terminologia – da e expressa em língua portuguesa –, junto às terminologias de outros idiomas, corresponde a um estratégico plano socioeconômico e cultural. Trata-se de uma estratégia que evidencia um princípio de valorização das identidades culturais dos países integrantes da CPLP, bem como há de auxiliar muito a promover o potencial produtivo, científico e cultural desses países.

Referências bibliográficas

BRASIL. Ministério da Saúde. *Glossário temático: alimentação e nutrição.* Brasília: Ministério da Saúde, 2008. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/glossario_alimenta.pdf. Acesso em: abr. 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Glossário temático: DST e Aids.* Brasília: Ministério da Saúde, 2006. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/glossario_dst_aids.pdf. Acesso em: abr. 2009.

CABRÉ, Maria Teresa. 1993. *La Terminología: teoría, metodología, aplicaciones.* Barcelona: Antártida/Empúries.

CLAS, André. 2001. *Terminologia e terminologia lexicográfica. In: Lima, Marília dos Santos; RAMOS, Patrícia Chittoni (Orgs.). Terminologia e ensino de segunda língua: Canadá e Brasil.* Porto Alegre: UFRGS. 29-36.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Base de datos de terminología multilingüe de las Naciones Unidas.* Disponível em: http://unterm.un.org. Acesso: jun 2012.

RONDEAU, Guy. 1984. *Introduction à la Terminologie.* Québec: Gaëtan Mourin.

VENTURA, Luis Henrique. 2002. *Contratos Internacionais Empresariais.* Belo Horizonte, Del Rey,

AS TERMINOLOGIAS TÉCNICAS E A TRADUÇÃO COMO FERRAMENTAS DE TRABALHO NOS ORGANISMOS [INTER]NACIONAIS: O CASO DA TERMINOLOGIA TÉCNICA DA SEGURANÇA SOCIAL

Márcio Undolo

Sobre o autor

Márcio Undolo
Professor Auxiliar. Universidade Lueji A'Nkonde, Angola
Contato: marindolo@yahoo.com.br

Resumo

Este texto aborda e analisa especialmente a situação em que se apresenta a terminologia técnica do Centro de Informação em Protecção Social (CIPS) da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Para além disso, faz um certo destaque à actividade do tradutor. Na presente discussão, chega-se à conclusão de que tanto no que se refere ao público-alvo, em geral, quanto à classe dos tradutores, em particular, o recurso disponível pelo CIPS oferece uma informação cujo nível de satisfação por parte dos respectivos públicos-alvo (e não só) não é suficientemente desejável, facto que motivou o presente trabalho. Estão subjacentes determinados critérios pouco claros e adequados ao tipo de instrumento terminológico, sobretudo por se destinar a um público-alvo não especializado.

Palavras-chave

Terminologia técnica, Tradução, Segurança social, CPLP.

1. Introdução

O presente texto tem como objectivo efectuar uma análise de recursos terminológicos disponibilizados por organismos [inter]nacionais com o objectivo de facilitar a comunicação na sua relação com os respectivos públicos-alvo.

Consideramos que qualquer discussão sobre a Língua Portuguesa em organizações internacionais implica uma revisão da sua situação em organismos nacionais e do seu impacto na consecução dos objectivos aos quais serve.

Estruturalmente, esta discussão apresenta-se organizada em seis pontos.

O primeiro ponto refere à definição da Terminologia segundo a Norma ISO 1087: 2000. Refere ainda à relevância social, política, económica, científica, cultural, etc. deste domínio do conhecimento. E a actividade do tradutor é lembrada por consequência da recorrência a terminologias em caso de tradução especializada.

O segundo ponto faz um enquadramento teórico do domínio de especialidade sobre o qual trabalhámos a respectiva terminologia, no âmbito da nossa dissertação de mestrado em Terminologia e Gestão de Informação de Especialidade, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Especialmente, cuidamos de fazer a delimitação da Segurança Social.

O terceiro ponto apresenta o aspecto minúsculo de abordagem que é a definição terminológica – um assunto sobre o qual não podemos deixar de falar sempre que a preocupação reside no nível de utilidade de recursos terminológicos ao serviço dos seus utilizadores, sobretudo não especialistas.

O quarto ponto reúne um conjunto de critérios metodológicos através dos quais se concebe uma definição terminológica, elemento determinante do trabalho terminológico.

O quinto ponto dá conta da situação em que se apresenta o glossário terminológico do Centro de Informação em Protecção Social (CIPS) da CPLP.

O sexto (e último) ponto apresenta a discussão decorrente do ponto anterior.

1. Terminologia: um factor de desenvolvimento

Entre estudiosos não apenas da Terminologia, destaque-se a discussão em relação ao facto de ela ser ou não ser uma disciplina, ou ainda, ser ou não ser uma ciência. Servimo-nos apenas da Norma ISO 1087: 2000 segundo a qual a Terminologia é a "ciência que estuda a estrutura, a formação, o desenvolvimento, o uso e a gestão das terminologias nos diferentes domínios". Com efeito, "podemos daí depreender que ela constitui um factor determinante para o desenvolvimento social, político, económico, científico e cultural de qualquer país" (Undolo, 2012: 13). Aliás, lembrando Lino (1992: 70), "a Terminologia é considerada [...] como um factor de desenvolvimento social e económico com repercussões em todas as actividades do ser humano (científicas, técnicas, tecnológicas e culturais)". Ora, é neste quadro de ideias que damos especial relevância ao trabalho de avaliação de recursos terminológicos disponibilizados

por organismos [inter]nacionais ao serviço público como garantia do asseguramento do seu funcionamento eficiente na sua relação com o público. Segundo Costa (2006: 2),

> Não existe nenhum *e-governo, e-formação, e-ensino, e-negócio ou e-comércio* que possa ser implementado com sucesso sem recorrer à organização estruturada e hierarquizada do conhecimento. A organização das terminologias de acordo com os respectivos sistemas indica uma evidente delimitação cognitiva dos conceitos em uso, que permitem a construção de uma argumentação sólida tanto em contexto nacional como internacional.

No âmbito desta discussão, fazemos também um destaque à actividade do tradutor, dado que da organização e harmonização das terminologias das áreas em que eventualmente eles trabalhem depende o sucesso da sua actividade profissional.

O tradutor é o profissional responsável pela transposição de textos de uma língua para outra, permitindo que pessoas que falam e escrevem em línguas diferentes possam comunicar entre si. Para o efeito, ele estabelece contacto com o texto a traduzir, que passaremos a designar de texto-fonte. O contacto com o texto-fonte significa estudá-lo e compreendê-lo para, por fim, proceder-se à tradução. É importante referir que, dada a sua condição de texto mediado pela compreensão de um sujeito, uma tradução não se limita a um simples acto mimético. Com efeito, e sempre que se trata de tradução especializada, dificilmente é dispensável a utilização de recursos terminológicos como meio facilitador não apenas do estudo e compreensão do texto-fonte, mas também da transposição deste texto-fonte para a língua de chegada que se pretenda. Entre tradutores, e não só, é unânime a afirmação segundo a qual do tradutor se exige um conhecimento profundo da(s) língua(s) com que trabalha, principalmente da sua própria língua.

No entanto, consideramos que tudo isso não é suficiente. O domínio das terminologias, através das quais se dá conta de um conjunto de conhecimentos de uma determinada ciência ou área profissional, implica um processo formativo, ou seja, um processo complexo de aprendizagem nas respectivas áreas científicas ou profissionais. Contudo, entendendo que não é isto o que se pretende para o tradutor, logo, a existência de recursos terminológicos eficientes e eficazes torna-se indispensável para o trabalho do tradutor, sob pena de este induzir em erro o utilizador do texto traduzido. Acrescente-se ainda que, para o tradutor, a existência de recursos terminológicos eficientes e eficazes constitui o garante da sua aquisição de conhecimentos e terminologias suficientes para realizar uma tradução exacta e bem redigida em distintos domínios de especialidade. No caso do nosso domínio, o da Segurança Social, questiona-se a qualidade dos recursos terminológicos disponibilizados pelo Instituto de Solidariedade e Segurança Social, de Portugal[1], pelo Instituto Nacional de Segurança Social, de Angola[2] e pelo CIPS da CPLP[3]. Por conseguinte, é na base do questionamento de tais recursos terminológicos que abordámos as terminologias técnicas e a tradução como ferramentas de trabalho nos organismos [inter]nacionais.

[1] http://www2.seg-social.pt/preview_documentos.asp?r=10179&m=PDF (25 de maio de 2011)
[2] http://www.inss.gv.ao/portal/ (acedido a 25 de Maio de 2011)
[3] http://www.cipsocial.cipsocial.org/index.php?option=com_glossary&Itmid=26 (acedido a 25 de maio de 2011)

2. A Segurança Social: delimitação do domínio

O estudo neste domínio[4] pode ser situado na encruzilhada de distintos domínios ou áreas científicas. Assim, tanto as ciências sociais, humanas, quanto as ciências médicas estão na sua origem e fundamentação, daí que ele seja caracterizado por um domínio eminentemente multidisciplinar. Contudo, é ao Direito[5] que ele se subordina. Segundo Neves (1996: 81-82):

> há muito têm referido os autores, como SÉRVULO CORREIA, [que] a conceptualização da segurança social foi elaborada através de vários prismas, mas deste bem se pode dizer que o jurídico é o mais importante. Em sentido semelhante pode referir-se ORDEIG FOS, que acentua o facto de que a nota essencial do sistema de segurança social é a sua juridicidade.

Alonso Olea (*apud* Conceição, 2001: 28) "caracteriza segurança social como um conjunto integrado de medidas de ordenamento estatal para a prevenção e reparação dos riscos pessoais através de prestações individualizadas e economicamente estáveis". Almansa (*apud* Conceição, ibid.) não foge da óptica anterior, ao definir o conceito *segurança social* como um "instrumento estatal específico protector de necessidades sociais individuais e colectivas a cuja projecção preventiva e recuperadora têm direito os indivíduos na extensão, limites e condições que as normas disponham, conforme permita a sua organização financeira". Ainda segundo Yves Saint-Jours (*apud* Conceição, *ibid*.), "entende-se por segurança social um sistema autónomo ou estatal de garantia colectiva contra os riscos sociais fundada na solidariedade organizada entre indivíduos de uma determinada comunidade". Segundo J. J. Supeyroux (*apud* Neves, *ibid*., p. 25), riscos sociais são o núcleo das políticas de segurança social. Para este autor a verificação do risco social pode constituir:

- uma perda ou uma diminuição do rendimento profissional, dividindo-se então, conforme as causas, em:

  - riscos físicos (os que reduzem a capacidade de trabalho, nomeadamente: de origem profissional (como acidente de trabalho, doenças profissionais); de origem não profissional (como doença, maternidade, velhice, morte); de riscos económicos (como o desemprego).

- um aumento de despesas – não suprimem rendimentos de trabalho nem os reduzem determinando, porém, que os seus titulares tenham de fazer face a encargos excepcionais – despesas médicas e encargos familiares.

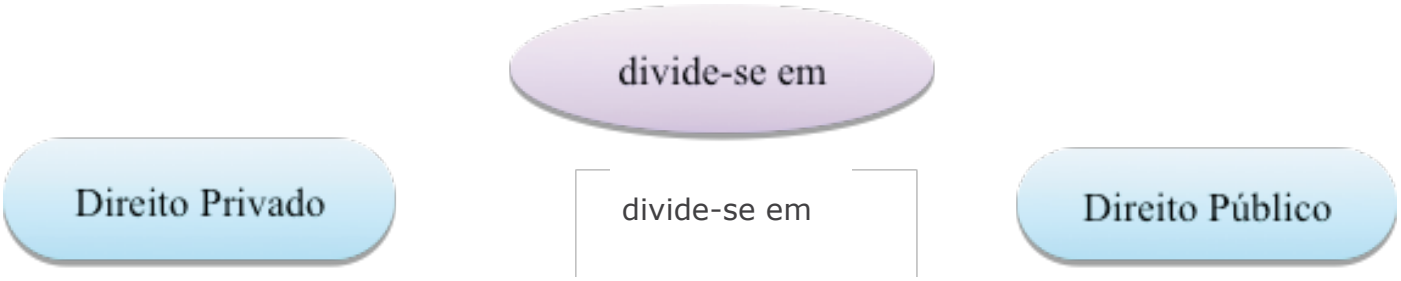
Segundo William (*apud* Conceição, *ibid*.) e Simões (2009), esses riscos são sempre inevitáveis de acontecer por muito boa que seja a situação do conjunto da sociedade em que se vive. Ainda assim, é contra esses riscos que o Estado adopta medidas para a protecção dos seus cidadãos.

---

[4] No âmbito da presente reflexão, domínio deve ser entendido como o termo que designa um ramo especializado de conhecimento.

[5] O termo Direito usa-se analogicamente em várias acepções. Já desde há muito que a definição do Direito tem dado azo a muitas perplexidades e divergências, não faltando quem afirme, cepticamente, a sua inviabilidade (cf. Chorão, 1996). Contudo, é na acepção com referência ao saber jurídico, à ciência, que empregamos o termo Direito. Ora, segundo Latorre (2002: 123-124), «Denomina-se ciência do direito a actividade intelectual que tem por objecto o conhecimento racional e sistemático dos fenómenos jurídicos».

Retomando a óptica de Neves (*op*. *cit*.), e mediante revisão bibliográfica, encontramos dois grandes ramos do Direito:



Observamos que cada um destes ramos do Direito apresenta diferentes domínios de especialidade, para além de muitos de tais domínios serem divisíveis. Em relação ao domínio em que se insere a presente abordagem, e segundo autores como Justo (2011), Sousa (2011), Rebelo de Sousa & Matos (2010), Manso & Esteves (2010), Freitas do Amaral (2010. 2006), Caupers (2009), Dupeyroux (1980 *apud* Freitas do Amaral, 2006), Auby (1981 *apud* Freitas do Amaral, *ibid*.), a Segurança Social compreende um subdomínio especial ou específico do Direito Administrativo, domínio do Direito Público.

Rebelo de Sousa & Matos (*op. cit*: 55-56) definem o Direito Administrativo como sendo um domínio do Direito Público, correspondendo a um complexo de princípios e regras com um objecto específico; esse objecto é a função administrativa. Portanto, o Direito Administrativo pode ser definido como o direito comum da função administrativa.

Para estes autores, o Direito Administrativo, enquanto direito da função administrativa, não regula apenas a actuação da administração pública em sentido orgânico. Regula, para além disso, a actuação de todos os sujeitos jurídicos, ainda que não integrantes daquela, que exerçam a função administrativa, bem como a actuação de todo e qualquer sujeito jurídico, quando e na medida em que se interseccione com o exercício da função administrativa.

Por outro lado, enquanto direito comum da função administrativa, o Direito Administrativo é aquele que se aplica na ausência de uma permissão de aplicação de qualquer outro complexo normativo. Isto significa que não se trata do direito exclusivo da função administrativa. Freitas do Amaral (2010: 140) defende que o Direito Administrativo não regula toda a actividade da Administração, mas apenas uma parte dela: a actividade administrativa de gestão pública.

Na óptica de Manso & Esteves (2010), não há dúvida de que o Direito Administrativo é um domínio do Direito Público, desde logo porque segue a satisfação de um interesse público, de ordem colectiva e na medida em que as entidades que o concretizam são públicas, designadamente, pessoas colectivas públicas. Além disso, a administração concentra ainda poderes de autoridade, pelo que também por esta via se pode reconhecer àquele um carácter marcadamente público.

Segundo Freitas do Amaral (2010: 179), a Segurança Social, subdomínio do Direito Administrativo, é estudada por certos autores sob a epígrafe de *Direito da Segurança Social* ou *Direito da Saúde.* Veja-se, por exemplo, Marcelo de Sousa & Matos (*ibid*., p. 57; Justo (*ibid*., p. 248), Manso & Esteves (*ibid*., p. 23), Sousa (*ibid*., p. 61). Por outra, Freitas do Amaral designa-a de Direito Administrativo Social (2010: 178). Este último autor explicita, de forma muito sucinta, este subdomínio referindo que o Direito Administrativo Social abrange o regime

o regime jurídico dos serviços públicos de carácter social, nomeadamente hospitais e outros estabelecimentos de saúde pública, serviços de assistência social, serviços de previdência ou segurança social, etc. Do mesmo modo se refere Justo (ibid.) segundo o qual o Direito Administrativo Social «disciplina a actuação da Administração Pública de carácter social, como hospitais, serviços de assistência social, de previdência ou segurança social, etc.».

Posto isto, em resumo, a Segurança Social situa-se no Direito Administrativo Social, subdomínio especial do Direito Administrativo, domínio do Direito Público, ramo do Direito.

3. Objecto de Estudo

Olhando para a situação de e-glossários inerentes à Segurança Social, nos Estados-membros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), identificámos notadamente certa carência em termos de organização / hierarquização da informação disponível. Antes de tudo, chamou-nos atenção a forma como as definições são concebidas e redigidas. E, por isso, dedicámo-nos a um trabalho centrado especificamente na *definição terminológica* (DT). Este tipo de definição leva-nos à reflexão sobre as seguintes questões:

- O que caracteriza a DT?

- Como defini-la?

Em Terminologia, a definição ocupa um lugar fundamental. Ela, segundo Sager (1990: 39), é uma descrição linguística de um conceito, constituída pela enumeração de um conjunto de características que dão conta do significado do conceito. Deste modo, na óptica de Kamikawachi (2009), Sager faz referência ao tipo clássico de definição composto pelo *género próximo* e *diferença específica*, que se constituiu como referência para a elaboração de definição, desde os estudos filosóficos, passando pela Teoria Geral da Terminologia até alcançar lugar de destaque nos estudos terminológicos nos dias de hoje.

Para Béjoint (2000)[6], a DT é a descrição de um conceito através de outros conceitos conhecidos e reflecte a posição do *definiendum* no sistema conceptual a que este pertence. Depecker (2003: 140) refere que, em Terminologia, «uma definição é um microssistema constituida por características do conceito descrito». E Vézina *et alli*. (2009: 36) dizem que a DT é o «enunciado linguístico que descreve um conceito e que o permite situar num sistema conceptual». Perante o exposto, torna-se necessário referir que este tipo de definição apresenta uma classificação. E quanto a isto, optámos e destacamos a classificação abaixo indicada:

- **definição em compreensão** (também designada por definição em intenção) – que «resulta da descrição de um *conceito*. Essa descrição é elaborada a partir do levantamento do conjunto das *características* que delimitam um *conceito* de outros *conceitos*» (Costa & Silva, 2006: 9).

- **definição em extensão** – que «corresponde à listagem dos objectos cobertos por um conceito» (*ibid*., p. 10).

6 Cf.http://books.google.pt/books?id=DJ8gwtomUpMC&pg=PA178&hl=ptPT&source=gbs_toc_r&cad=4#v=onepage&q&f=false (acedido a 21 de Dezembro de 2011)

Segundo a Norma ISO 704: 2009, a ***definição em compreensão*** *(ou em intenção)* deve ser preferencialmente utilizada no trabalho terminográfico, pois que ela revela as características essenciais de um conceito situado num sistema conceptual. Na óptica de Depecker (2003: 142), as *características essenciais* são indispensáveis para a explicitação do conceito, por permitirem essencialmente reconhecer a pertença de um conceito a uma classe conceptual e as características que permitem distinguir esta classe de todas as outras classes do mesmo sistema conceptual. Assim, na presente discussão, a **definição em compreensão** ocupa o centro das nossas atenções. Observe-se que a opção por este tipo de definição não se justifica simplesmente pelo cumprimento de uma norma, mas sim pela sua importância social e económica. Consideramos que o referido tipo de definição não é apenas um aspecto importante do trabalho do terminólogo, mas também assume particular importância para o destinatário do produto terminográfico.

O tópico que abordaremos a seguir reúne um conjunto de critérios inerentes à elaboração da DT, e foi por meio desse conjunto de critérios que avaliámos os e-glossários identificados.

4. Critérios de Redacção da DT

Para a avaliação das definições existentes nos e-glossários identificados, seleccionámos seis critérios de concepção e redacção da DT apresentados pela TERMIUM (2011)[7]; Azarian & Tebé (2011); Kemerling (2011)[8]; por Jones (2010); pela Norma ISO 704 : 2009; Copi & Cohen (2009); Vézina et *alli.* (2009); Dubuc (1999 apud Kamikawachi, 2009); Seppälä (2007); Costa & Silva (2006); Couto (2003); Pacheco & Marini (s/d[9]), conforme destaque na figura da página seguinte.

Estruturalmente a figura apresenta três colunas, constando da esquerda para a direita o número de ordem do critério, o critério e as fontes a partir das quais foram extraídos os respectivos critérios, adaptados para a nossa reflexão.

[7] http://www.btb.termiumplus.gc.ca/didacticiel-tutorial/lecon-lesson-3/lecon-lesson-3-5-3-por.html (acedido a 22 de Dezembro de 2011)

[8] Cf. www.philosophypages.com/lg/e05.htm#kinds (acedido a 26 de Dezembro de 2011)

[9] http://www.google.com/#sclient=psy-ab&hl=pt-PT&source=hp&q=Pacheco+%26+Marini+-+saude&pbx=1&oq=Pacheco+%26+Marini+-+saude&aq=f&aqi=&aql=&gs_sm=e&gs_upl=13095l14470l1l15357l8l6l0l0l0l0l830l2040l5-2.1l3l0&bav=on.2,or.r_gc.r_pw.,cf.osb&fp=ae48fa4e43f0fad9&biw=1441&bih=597 (acedido a 17 de Dezembro de 2011)

Número do critério	Critérios	Fontes
[1]	a definição deve descrever precisamente o conceito, ou seja, deve conter aquilo que é necessário para ser definido	TERMIUM (2011); Kemerling (2011); Seppälä (2007); Norma ISO 704 de 2009; Jones (2010); Copi & Cohen (2009); Vézina *et alli.* (2009); Dubuc (1999 *apud* Kamikawachi, 2009); Couto (2003); Pacheco & Marini (s/d)
[2]	começar com um elemento que indica o conceito superordenado ao qual pertence o *definiendum*	TERMIUM (2011); Azarian & Tebé (2011); Norma ISO 704 de 2009; Pacheco & Marini (s/d)
[3]	não deve conter características que, logicamente, pertencem a um conceito superordenado ou subordinado	Jones (2010); Norma ISO 704 de 2009; Copi & Cohen (2009); Vézina *et alli.* (2009); Dubuc (1999 *apud* Kamikawachi, 2009);
[4]	deve evitar, sempre que possível, usar no texto da definição o *definiendum*	Norma ISO 704 de 2009; Vézina *et alli.* (2009); Costa & Silva (2006);
[5]	deve reflectir o sistema conceptual em que se enquadra o *definiendum* num dado domínio e permitir a sua distinção no sistema	TERMIUM (2011); Jones (2010); Norma ISO 704 de 2009; Copi & Cohen (2009); Vézina *et alli.* (2009); Costa & Silva (2006); Couto (2003);
[6]	deve evitar informações acessórias como, por exemplo, comentários e explicações, o que pode constar em nota	TERMIUM (2011); Norma ISO 704 de 2009; Jones (2010); Vézina *et alli.* (2009); Seppälä (2007); Pacheco & Marini (s/d)

Quadro 1 - Quadro adaptado de Undolo (2012: 47).

5. Avaliação das Definições Identificadas como Amostra

No âmbito da CPLP, vimos verificando que, sobre o domínio da Segurança Social, apenas os governos de Angola e de Portugal dispõem, cada um, de um glossário, nos sítios electrónicos dos seus respectivos organismos públicos afectos a esse domínio. No Brasil, o órgão do Governo que se ocupa desta matéria é o Ministério da Providência Social[10]. Em Moçambique, a segurança social é tratada pelo Instituto Nacional de Segurança Social, tutelado pelo Ministério do Trabalho[11]. Em Cabo Verde, é velada pelo Instituto Nacional de Previdência Social, tutelado pelo Ministério do Trabalho, Formação Profissional e Solidariedade Social[12]. Em São Tomé e Príncipe, é velada pelo Instituto Nacional de Segurança Social[13]. Na Guiné-Bissau, é velada pelo Instituto

[10] http://www.mpas.gov.br/ (acedido em 24 de Maio de 2011)
[11] Cf. www.mitrab.gov.mz (acedido em 24 de Maio dz 2011)
[13] Cf. http://seg-social-stp.net/spip.php?rubrique1 (acedido em 24 de Maio de 2011)

Instituto Nacional de Previdência Social[14]. Em Timor-Leste, é velada pelo Ministério da Solidariedade Social[15].

5.1. O caso do e-glossário de Segurança Social em Portugal

termo: pensão de velhice

definição: Prestação pecuniária mensal concedida em vida aos beneficiários que tenham completado 15 anos civis com entrada de contribuições, com uma densidade contributiva de, pelo menos, 120 dias de registo de remunerações por ano, (excluindo o regime do seguro social voluntário em que o prazo é de 144 meses com entrada de contribuições), e com idade mínima de 65 anos, para o sexo masculino. Para o sexo feminino a idade estava fixada em 62 anos até 1993 e, a partir de 1994, irá evoluir de 62 para 65 com um aumento de 6 meses por ano civil. (p. 76)

5.2. O caso do e-glossário de Segurança Social em Angola

termo: Protecção social obrigatória

definição: pressupõe a solidariedade de grupo. Tem carácter comutativo e assenta numa lógica de seguro, sendo financiada através de contribuições de entidades empregadoras e de trabalhadores. Destina-se aos trabalhadores por conta de outrem ou por conta própria e suas famílias e tende a protegê-los, de acordo com o desenvolvimento económico e social do País, nas situações de falta ou diminuição da capacidade de trabalho, maternidade, acidente de trabalho e doenças profissionais, desemprego, velhice e morte, bem como nas instituições de agravamento dos encargos familiares. (p. 8)

5.3. O caso do e-glossário do CIPS da CPLP

termo: Protecção social

definição: Termo genérico que abrange o conjunto de garantias contra a redução ou a perda de rendimentos em caso de doença, de velhice, de desemprego (ou de outros riscos sociais), incluindo a solidariedade familiar ou étnica, a poupança individual ou colectiva, os seguros privados, os seguros sociais, a mutualidade, a segurança social, etc.

fonte: Segundo definição da Organização Internacional do Trabalho, Genebra, 1998.

[14] Cf. Instituto Nacional de Previdência Social da R. Da Guiné-Bissau (acedido em 24 de Maio de 2011)
[15] Cf. http://www.mss.gov.tl/ (acedido em 24 de Maio de 2011)

Neste trabalho, centramos a nossa atenção na análise deste último e-glossário e, por isso, da amostra seleccionada, trabalhámos apenas com a definição de <protecção social> deste último recurso terminológico.

Antes de tudo, é importante referir que o CIPS surge da necessidade do facto de se verificar

> «um elevado défice de acesso à informação neste domínio, constata-se que as informações relativas às experiências locais e nacionais de extensão da proteção social no mundo estão dispersas, o que torna difícil a sua localização, reduzindo o acesso e a sua boa utilização, sobretudo quando se trata de aplicar estas informações na condução de atividades práticas, tais como: a definição e a implementação de estratégias e de mecanismos de extensão. Para responder a esta necessidade de informação e facilitar o intercâmbio de experiências em matéria de extensão da proteção social entre os países da CPLP desenvolveu-se o Centro de Informação em Proteção Social.
>
> O CIPS foi criado no âmbito do Projeto STEP/Portugal financiado pelo governo português através do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social de Portugal. Dada a sua relevância, em julho de 2007, o Secretariado Executivo da CPLP, a OIT-Lisboa e o Projecto STEP/Portugal associaram-se para desenvolver este produto e assumiram conjuntamente, política e institucionalmente, uma parceria com vista à promoção da utilização do CIPS, no mundo de língua portuguesa, potenciando assim a sua apropriação pelos Estados-membros da CPLP.
>
> Em fevereiro de 2010, em Fortaleza, os Ministros do Trabalho e dos Assuntos Sociais da Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa adotaram a resolução sobre o CIPS, na qual "reconhecendo a necessidade de garantir o contínuo desenvolvimento do CIPS, visando atender às prioridades dos Estados membros da CPLP no que se refere à protecção social, decidem:
>
> - Reconhecer o CIPS como instrumento estratégico agregador de esforços e de contribuições dos Estados membros, úteis às políticas comuns e nacionais em matéria de protecção social;
>
> - Mandatar os Pontos Focais de Protecção Social da CPLP como principais interlocutores nacionais para a coleta e disseminação de informações relevantes para a extensão da protecção social nos seus respectivos países;
>
> - Incentivar e apoiar a troca de experiências para que a informação do CIPS seja divulgada nos Estados membros da CPLP, bem como em outros países;
>
> - Envidar esforços, junto do Secretariado Executivo da CPLP para a alocação de recursos financeiros que garantam a sustentabilidade e desenvolvimento do CIPS»[16].

[16] Cf. http://www.cipsocial.org/index.php?option=com_content&task=view&id=57&Itemid=105 (acedido a 17 de Maio de 2011)

O CIPS tem os seguintes objectivos:

a) Disponibilizar informação, em língua portuguesa, aos quadros intermédios com responsabilidades relacionadas com a extensão da protecção social e contribuir para melhorar a base de conhecimento e informação nesta área;

b) Contribuir para orientar a tomada de decisões políticas, apoiando os decisores com base na investigação e na experiência;

c) facultar um quadro das diferentes abordagens e estratégias utilizadas no mundo de língua portuguesa;

d) Criar oportunidades para as instituições e a sociedade civil conhecerem as acções e as necessidades respectivas, reforçando a troca de informação e promovendo o intercâmbio de conhecimentos sobre a extensão da protecção social em benefício das populações.

O seu público-alvo é composto por decisores políticos, entidades públicas/governamentais, responsáveis de projectos, académicos, investigadores universitários, entidades empresariais, estudantes e público em geral com interesse em adquirir e partilhar informação nesta temática.

Quanto à sua actividade, consideram-se três níveis:

- Ao nível do conhecimento técnico/científico: recolher e difundir informações sobre as políticas, os programas e as organizações na área da extensão da protecção social, através de publicações científicas, monografias de investigação-acção, relatórios de organizações regionais, bases de dados e estatísticas.

- Ao nível dos conhecimentos operacionais: disponibilizar o acesso a notas e publicações técnicas, manuais de formação, ferramentas para a implementação de projectos e documentos electrónicos sobre protecção social.

- Ao nível da promoção da comunicação e partilha de informação: apoiar o intercâmbio entre os diferentes utilizadores, através de uma plataforma *web* interactiva (comentário aos recursos) facilitando a divulgação de eventos e notícias sobre a protecção social.

O e-glossário do CIPS é, portanto, o recurso linguístico em que se encontra reunida a terminologia técnica e fundamental da protecção social. Estruturalmente o e-glossário do CIPS apresenta cento e dezassete entradas, organizadas alfabeticamente, seguidas, em muitos casos, de informações suplementares, sobretudo notas e comentários. Por *entrada* entende-se o elemento que contém o termo. Associado ao elemento ou *campo entrada* está o *campo definição*, que passaremos a designar por informação[-ões] suplementar[-es]. Tematicamente contém não apenas terminologia da Segurança Social, mas também terminologia da Saúde. Lembre-se Undolo (2012: 16) segundo o qual

> «A Segurança Social está na encruzilhada de distintos domínios ou áreas científicas. Assim, tanto as ciências sociais, as ciências humanas, quanto as ciências médicas estão na sua origem e fundamentação, daí que ela seja caracterizada por um domínio eminentemente multidisciplinar. […]».

No referido e-glossário do CIPS, encontram-se, porém, unidades lexicais que não são portadoras de informação conceptual dos domínios atrás mencionados. Veja-se, por exemplo, as unidades lexicais «função», «especialidade», «cooperativa» e tantas outras, que não são unidades terminológicas inerentes a um ou a outro domínio. Neste caso, este facto é revelador de uma certa insuficiência metodológica e teórica registada no e-glossário em questão, apesentando-se em conflito com os propósitos que o fundamentam.

5.3.1. Análise da definição seleccionada

Sendo que, por razões de espaço e tempo, não podemos analisar todas as definições do referido e-glossário, não sendo, aliás, o nosso objectivo, decidimos trabalhar com apenas uma definição da amostra constituída, com base no seguinte critério: *susceptibilidade de ser localizável num sistema conceptual da Segurança Social*. Neste caso, optámos por analisar a definição de <protecção social>.

A respectiva análise foi efectuada com base nos seis critérios anteriormente indicados (cf. ponto 4). E através desta análise, verificámos que a definição seleccionada entra em conflito com alguns critérios determinados. Antes de passarmos à análise da referida definição (cf. ponto 5.3), é importante que lembremos o que se entende por «conceito, característica e objecto».

Segundo a Norma ISO 1087-2: 2000, entende-se por conceito a «unidade de conhecimento criada por um conjunto de características». Por característica entende-se a «abstracção de uma propriedades de um objecto ou conjunto de objectos»; e objecto, como «qualquer coisa perceptivel ou concebível», através das suas propriedades (cf. Norma ISO 704: 2009). Sérgio Barros (2007: 29-30) explica que

> «Quando nos referimos aos objectos, particularmente quando os definimos, estamos a fazer uma ‘’transposição’’ entre dois níveis de análise distintos, ou seja, passamos de um nível concreto e ligado à realidade extra-linguística para um nível de abstracção que requer o uso da língua. Por exemplo, no momento de descrever uma mesa, observamos o objecto concreto e identificamos as suas propriedades. Por propriedade entendemos tudo aquilo que seja passível de ser considerado como elemento definitório do objecto em causa. Quando essas propriedades são transpostas para o nível linguístico por via de uma abstracção/conceptualização falamos de características […] que ajudam à elaboração de uma definição […].
>
> A distinção entre propriedade e característica é relativamente pacífica quando nos referimos a objectos concretos da realidade. Todavia, quando se trata de definir objectos/entidades abstractas, não só a distinção entre propriedade e característica se toma menos nítida, como também a própria distinção entre objecto e conceito levanta questões de cariz mais filosófico […].

Passando para a análise da definição seleccionada, impõe-se a formulação da seguinte pergunta: O que é <protecção social>? Trata-se de uma pergunta cujo fim é a busca de uma definição sobre a coisa ou conceito.

Verificamos, pois, que o conceito de <protecção social> é definido com base no pressuposto de que ele «abrange o conjunto de garantias contra a redução ou a perda de rendimentos». Neste caso, entendemos o elemento lexical [garantias contra a redução ou a perda de rendimentos] como sendo uma característica essencial com que se pretende dizer o que é <protecção social>. A referida característica é pertinente para a descrição do conceito de <protecção social>, na medida em que se pode associar a elementos lexicais que reflectem certas características conceptuais que podem remeter a conceitos que se acham no sistema conceptual de <protecção social>, como, por exemplo, os conceitos de <protecção social de base>, <protecção social obrigatória>, <protecção social complementar>, referindo-se à terminologia da Segurança Social em Angola. Neste caso, a definição apresentada cumpre com o critério [1]. Contudo, não cumpre com o critério [2]. Basta ver que o elemento lexical [termo genérico] não é suficiente para dar conta do conceito superordenado ao qual o conceito definido remete e através do qual se vai relacionar com outros conceitos. Por isso, desobedece ao critério [5], embora esteja de acordo com o critério [4]. Quanto ao critério [3], consideramos que a definição o obedece integralmente. Contudo, parte da informação que ela contém constitui aquilo que no critério [6] é designado por informação acessória. Neste caso, não cumpre com este último critério. Em síntese, dos seis critérios, três foram cumpridos e outros três critérios não foram cumpridos.

6. Discussão

Por um lado, consideramos que, deste modo, a definição analisada não é suficiente, na medida em que não está integralmente de acordo com a fórmula clássica *género próximo + característica específica*. Apesar de termos este último elemento da fórmula, entretanto não temos o primeiro, o que constitui motivo para dizer que a definição está incompleta. Com efeito, através dela não podemos situar o *definiendum* no seu próprio sistema conceptual. Por outro lado, se entendemos que a precisão deve ser um dos critérios a ter em conta na redacção de uma DT, então a informação acessória faz dela uma definição formalmente desajustada.

Para a satisfação dum público-alvo, bastante vasto e heterogéneo, composto por decisores políticos, entidades públicas/governamentais, responsáveis de projectos, académicos, investigadores universitários, entidades empresariais, estudantes e público em geral, com interesse em adquirir e partilhar informação nesta temática, torna-se necessário que a DT resida essencialmente naquilo que o conceito é, deixando o resto para contar em notas. As notas são campos reservados à informação adicional.

É importante frisar que o e-glossário do CIPS constitui um recurso linguístico cuja pretensão é a de influenciar na capacidade comunicativa dos indivíduos, com necessidade de aceder à informação de especialidade inerente à Segurança Social. No entanto, tal como se pode observar no e-glossário, boa parte das definições apresentam-se formalmente desajustadas. Neste caso, em muitos momentos, tal influência pode traduzir-se em dificuldade de acesso à informação, já que os critérios utilizados para a redacção das definições foram pouco claros e adequados.

7. Considerações finais

Determinadas línguas são cada vez mais uma superestrutura que permitem a organização, acumulação, indexação e hierarquização da informação. A Língua Portuguesa é uma delas. Todavia, o problema que se coloca prende-se com a metodologia utilizada na concepção e produção de produtos ou recursos terminológicos. No caso do e-glossário do CIPS, a forma muito desajustada como os conceitos são definidos e apresentados aos seus destinatários serve de evidência de um estado crítico do tratamento e gestão da informação, num mundo cada vez mais competitivo, em que a informação é um produto precioso, e disponibilizar instrumentos que facilitem o seu acesso, atendendo eficientemente às necessidades comunicativas em contexto de especialidade como uma exigência para o sucesso.

Referências Bibliográficas

AZARIAN, Jenny & Carles TEBÈ. 2011. La Metodología de Elaboración de Definiciones Terminológicas en Vocabularios Normalizados: Análisis en Normas UNE. In *Debate Terminológico*. N.º 07, 2-23.

BARROS, Lídia Almeida. 2004. *Curso Básico de Terminologia.* São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

BARROS, Sérgio. 2007. *A Relação Genérica num Corpus de Direito Constitucional Português: identificação de conceitos para a delimitação de candidatos a termos.* Dissertação de Mestrado, Universidade Nova de Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.

BÉJOINT, Henri. 2000. *Modern Lexicography: an introduction.* Cf. http://books.google.pt/books?id=DJ8gwtomUpMC&pg=PA178&hl=ptPT&source=gbs_toc_r&cad=4#v=onepage&q&f=false. (21/12/2011)

BESSE, Bruno de. 1996. La Définition Terminologique. In Centre d'Etudes du Lexique. La définition. Paris: Larousse.

BEZERRA, Maria Auxiliadora. 1990. *Tipos de Definição de Palavras em Palavras Cruzadas de Nível "Fácil" e "Difícil".* São Paulo. Alfa.

BRANQUINHO *et alli..2006. Enciclopédia de Termos Lógico-Filosóficos.* São Paulo: Martins Fontes.

BRANQUINHO, João & Desidério MURCHO. 2001, *Enciclopédia de Termos Lógico-Filosóficos.* Lisboa: Gradiva.

CABRÈ, T. 1993. *La Terminología, Metodología, Aplicaciones.* Barcelona: Editorial Antártida, Empúries.

CABRÈ, T. 1999a. *La Terminología: Representación y Comunicación, Elementos para una Teoria de Base Comunicativa y Otros Artículos.* Barcelona.

CABRÈ, T. 1999b, *Terminology: theory, methods and applications.* Philadelphia: John Benjamins.

CAUPERS, João. 2009. *Introdução ao Direito Administrativo.* 10.ª ed. Lisboa: Âncora Editora.

CHORÃO, Mário Bigotte. 1996. *Temas Fundamentais de Direito.* Coimbra: Edições Almedina.

CONTENTE, Maria Madalena Dias Marques. 2008, *Terminocriatividade, Sinonímia e Equivalência Interlinguística em Medicina.* Lisboa: Edições Colibri.

COPI, Irving M. & Carl COHEN. 2009, *Introduction to Logic.* 3.ª ed. New Jersey: Pearson – Prentice Hall.

COSTA, Rute & Raquel SILVA. 2006. *Guião, Metodologia para a Investigação Aplicada em Terminologia.* Universidade Nova de Lisboa.

COSTA, Rute. 2001a. *Pressupostos teóricos e metodológicos para a extracção automática de unidades terminológicas multilexémicas*, Dissertação de Doutoramento. Lisboa: FCSH, Universidade Nova de Lisboa.

COSTA, Rute. 2001b. O termo como veículo de especificidades conceptuais e semânticas. In *Polifonia,* Nº 4. Lisboa: Colibri.

COUTO, Sandra Loureiro do. 2003. *A Definição Terminológica – Problemas teóricos e práticos encontrados na construção de um glossário no domínio da Corrosão.* Dissertação de Mestrado. Porto: Universidade do Porto.

DEPECKER, Loïc. 2003. *Entre Signe et Concept: éléments de terminologie générale.* Paris: Press Sorbonne Nouvelle.

FARIA, Edimur Ferreira de. 2007., *Curso de Direito Administrativo Positivo.* 6.ª ed. São Paulo: Editora Del Rey.

FIGUEIREDO, Lúcia Valle. 2003. *Curso de Direito Administrativo.* São Paulo: Malheiros Editores.

FREITAS DO AMARAL, Diogo. 2006. *Curso de Direito Administrativo.* Vol. I. Coimbra: Edições Almedina.

FREITAS DO AMARAL, Diogo. 2010. *Curso de Direito Administrativo.* 3.ª ed. Vol. I. Coimbra: Edições Almedina.

GIRÃO, Margarida [trad.]. 1996, *Introdução à Segurança Social.* Genebra: Ministério para a Qualificação e o Emprego.

GLOCK, Hans-Johann. 2003. *Dicionário Wittgenstein.* Rio de Janeiro: Dinalivro.

HEITOR, Olga. 2006. *E-dicionário de Especialidade: a fraseologia denominativa*. Dissertação de Mestrado, FCSH, Universidade Nova de Lisboa.

JONES, Andrew. 2010. *Terminology. Convener, Terminology Maintenance Group Tutorial for ISO/TC 211. Project Leader, Experts and Delegates Hotel Realm, Canberra. In http://www.google.com/#hl=pt-PT&cp=74&gs_id=2&xhr=t&q=ONES,+Andrew+(2010),+Terminology.+Convener,+Terminology+Maintenance+Group&pf=p&sclient=psy-ab&site=&source=hp&pbx=1&oq=ONES,+Andrew+(2010),+Terminology.+Convener,+Terminology+Maintenance+Group+&aq=f&aqi=&aql=&gs_sm=&gs_upl=&bav=on.2,or.r_gc.r_pw.,cf.osb&fp=6e9d6f170ee81a6e&biw=1093&bih=453* (21/12/2011)

JUSTO, A. Santos . 2011, *Introdução ao Estudo do Direito*. Coimbra: Livraria Almedina.

KAMIKAWACHI, Dayse Simon Landim. 2009. *Aspectos Semânticos da Definição Terminológica (DT): Descrição linguística e proposta de sistematização.* Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de São Carlos.

KEMERLING, Garth. 2011. www.philosophypages.com/lg/e05.htm#kinds (17/12/2011).
LATORRE, Angel. 2002, *Introdução ao Direito.* 5.ª ed. Lisboa: Livraria Almedina.

LARIVIERE. 1996. Comment formuler une définition terminologique. In *Érudit :Meta : journal des traducteurs / Meta: Translators' Journal,* vol. 41, n° 3, 1996, p. 405-418. http://id.erudit.org/iderudit/003401ar (23/12/2011).

LINO, Maria Teresa Rijo da Fonseca. 1991. *Um projecto em Terminodidáctica,* Actas do Encontro do Programa ERCI». Lisboa, Universidade Aberta.

LINO, Maria Teresa Rijo da Fonseca. 1992. Base de Dados Textuais – PORTEXT. Lexicologia, Lexicografia e Terminografia. In *Terminologias – Revista* n.º 5-6, Associação de Terminologia Portuguesa/TERMIP: Lisboa.

MANSO, Luís Duarte & Leandro Caldas ESTEVES. 2010, *Direito Administrativo – casos práticos resolvidos.* Lisboa: Quid Juris Sociedade Editora.

MANUELITO, Helena do Carmo Banza. 1993. A Problemática da Ambiguidade e da não Ambiguidade em Terminologia – anotações críticas. In *Terminologias – Revista* n.º 7-8, Associação de Terminologia Portuguesa/TERMIP: Lisboa.

MENDES, Fernando Ribeiro. 2011, *Segurança Social: o futuro hipotecado.* Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

MORA, José Ferrater. 1994. *Diccionario de Filosofia de Bolsillo.* Madrid: Alianza Editora.

MURCHO, Desidério. 2010. Definição. *Revista Filosófica.* http://criticanarede.com/definicao.html (20 /12/2011).

NEVES, Ilídio das. 1996. *Direito da Segurança Social.* Coimbra: Coimbra Editora.

PACHECO, Rogério & SátiaMARINI (s/d), Projecto terminologia da saúde. In, *Biblioteca Virtual em Saúde.* http://www.saude.gov.br/bvs/terminologia (21/12/2011).

PINTO, Carlos Alberto da Mota. 2005. *Teoria Geral do Direito Civil.* 4.ª ed. Coimbra: Coimbra Editora.

REBELO DE SOUSA, Marcelo & André Salgado de MATOS. 2010. *Direito Administrativo Geral – introdução e princípios fundamentais.* Tomo I. 3.ª ed. Lisboa: Dom Quixote.

SAGER, Juan C. 1990. *A practical course in terminology processing.* John Benjamins publishing company, Amsterdam/Philadelphia.

SAGER, Juan C. 2000. *Essays on Definition.* In http://books.google.pt/books?id=o7s9KRT0z6cC&pg=PA2&lpg=PA1&vq=definition&hl=pt-PT#v=onepage&q=definition&f=false (21/12/2011).

SCHMITZ, Klaus-Dirk. 2009. *Applied Principles of Terminology Work.* Institute for Information Management, Faculty 03 – Cologne University of Applied Sciences.

SEPPÄLÄ, Selja. 2007. La définition en terminologie : typologies et critères définitoires. In *Terminologie & Ontologies : Théories et Applications : Actes de la première conférence TOTh,* Annecy, France.

SIMÕES, Ana Célia Sena. 2009. *Segurança Social*. Coimbra: Edições Almedina.

SMITH, Robin. 2011. http://plato.stanford.edu/entries/aristotle-logic/#Def (26/12/2011).

SOUSA, Soeiro de. 1966. *A Segurança Social e a Economia.* Lisboa: Fundo de Desenvolvimento da Mão-de –Obra.

SOUSA, Nuno J. Vasconcelos Albuquerque. 2011, *Nuções de Direito Administrativo.* Coimbra: Coimbra Editora.

TERMIUM . 2011. http://www.btb.termiumplus.gc.ca/didacticiel-tutorial/lecon-lesson-3/lecon-lesson-3-5-3-por.html (22 /12/2011).

UNDOLO, Márcio Edu da Silva. 2012, *Terminologia da Segurança Social em Angola.* Dissertação de Mestrado. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. http://run.unl.pt/handle/10362/7385 .

VÉZINA, Robert *et alli.* 2009. La Rédaction de Définitions Terminologiques. In http://www.oqlf.gouv.qc.ca/ressources/bibliotheque/terminologie/redaction_def_terminologiques_2009.pdf (17 /12/2011).

CARTA DE LUANDA

Considerando que o Plano de Acção de Brasília para a Promoção, a Difusão e a Projecção da Língua Portuguesa no Sistema Mundial, adoptado na VIII Conferência de Chefes de Estado e de Governo, realizada em Luanda em Julho de 2010, constitui um documento estratégico pragmático que fixa os objectivos a concretizar;

Considerando que o Plano de Acção de Brasília realça uma crescente afirmação mundial do Português e propõe, para o efeito, uma estratégia para a sua contínua e efectiva implementação nas Organizações Internacionais como língua oficial e de trabalho;

Considerando que os países da CPLP têm desenvolvido iniciativas para a promoção e difusão da Língua Portuguesa, numa actuação conjunta no processo da sua mundialização, nomeadamente nas Organizações Internacionais, Regionais e Agências Especializadas;

Considerando que entre as medidas mais importantes para a promoção da Língua Portuguesa constam também as medidas tomadas na VII Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, realizada em Lisboa, em Julho de 2008, reflectidas na sua Declaração sobre a Língua Portuguesa;

Considerando as pertinentes formulações da Carta da Praia de Novembro de 2011, adoptada pelo Colóquio Internacional sobre a Língua Portuguesa nas Diásporas, e da Carta de Guaramiranga de Abril de 2012, adoptada pelo Colóquio Internacional sobre a Língua Portuguesa na Internet e no Mundo Digital;

Considerando a importância da presença e do papel da Língua Portuguesa nas organizações e fóruns internacionais em todos os aspectos do desenvolvimento, desde a interacção social e compreensão mútua entre os povos até à promoção do diálogo entre culturas, à educação e à informação, bem como o acesso e transferência do conhecimento científico e tecnológico;

Os participantes do Colóquio de Luanda sobre a Língua Portuguesa nas Organizações Internacionais, realizado de 03 a 05 de Julho de 2012, recomendam ao Instituto Internacional da Língua Portuguesa:

- a produção de um texto informativo nas seis línguas oficiais das Nações Unidas sobre a situação do Português e o empenho dos países da CPLP na sua adopção como língua oficial da ONU e das suas Agências;

- a organização de um fórum de debates de planificação linguística envolvendo os blocos regionais – União Africana, União Europeia, SADC, MERCOSUL, CEDEAO, CEEAC, ASEAN e Estados ACP, entre outros – com vista à internacionalização do Português nos organismos internacionais;

- a actuação, junto das organizações internacionais, no sentido de fomentar o processo de ensino-aprendizagem do Português como língua estrangeira, visando estimular a proficiência dos seus funcionários;

- a criação de uma comissão que proceda à inventariação dos programas e consórcios de cursos de tradutores e intérpretes, nos países da CPLP, visando um melhor conhecimento neste domínio e o seu desenvolvimento;

- a produção e disponibilização, na página eletrónica do Instituto, de um registo de tradutores/intérpretes e de instituições que ofereçam estes serviços nas cidades-sede das Organizações Internacionais ou que acolhem eventos internacionais, de modo a disponibilizar rapidamente a informação;

- a criação de um portal de informações para o registo de obras terminológicas com equivalentes em português, na forma de um inventário dos trabalhos terminológicos já realizados em Língua Portuguesa em diversos âmbitos, contendo:

a) dados de identificação de instrumentos terminológicos (glossários, léxicos especializados, dicionários técnico-científicos, bancos de dados terminológicos);

b) conjuntos terminológicos já sistematizados e disponíveis para consulta;

- a contribuição, no contexto da realização, no Brasil, do Campeonato Mundial de Futebol, em 2014, e dos primeiros Jogos Olímpicos num país de Língua Portuguesa, a ocorrer em 2016, para a criação de um banco de dados terminológicos na área. Ainda neste âmbito, diligenciar, junto do Comité Olímpico e Paraolímpico Internacional, para a admissão do Português como língua de trabalho.

Recomendam, igualmente, à organização da II Conferência Internacional sobre o Futuro do Português no Sistema Mundial:

- a sensibilização dos países da CPLP para a convergência na definição de uma política de língua multilateral;

- a participação de regiões que, embora pertencentes a Estados externos à CPLP, integram na sua identidade elementos linguísticos e culturais desta Comunidade;

- a abertura ao envolvimento da sociedade civil na concepção, realização e avaliação das actividades da II Conferência;

- a inclusão, na agenda, do tema referente à oferta de cursos de formação de gestores de terminologia nos países da CPLP;

- o desenvolvimento de sinergias para a promoção da Língua Portuguesa como língua de relação e como língua internacional, dado os laços privilegiados entre a China e os países de Língua Portuguesa, através do Fórum de Macau.

Colóquio Internacional "A Língua Portuguesa nas Organizações Internacionais "
03 a 05 de julho de 2012 , Luanda, Angola.

03 de JULHO

Dia 03 de julho de 2012

09h00 – 09h30
Credenciamento dos participantes

09h35 – 10h25
Abertura do evento

10h30 – 11h00
Conferência de Abertura: Prof. Dr. Gilvan Müller de Oliveira, Diretor Executivo do IILP. O contexto político-linguístico das organizações internacionais e a língua portuguesa
Moderador (a): Profa. Dra. Amália Maria Lopes
11h00 – 12h00
Conferência Magistral: Dr. Elias de Oliveira,As Línguas na ONU: histórico, legislação, práticas e perspectivas
Moderador(a): Profa. Dra. Amália Maria Lopes

12h05 – 12h35 - Debate
12h35 – 14h00 - Pausa almoço

14h00 – 15h25
Mesa 1 – O Português nas Organizações Econômicas Regionais: SADC, MERCOSUL e CEAC
Moderador: Embaixador Nelson Cosme
Expositor(a): SADC –Prof. Dr. Armando Lopes
Expositor (a): MERCOSUL – Profa. Dra. Eliana Rosa Sturza, do Comitê Assessor de Políticas Linguísticas do Setor Educacional do Mercosul (SEM), Ministério da Educação do Brasil – Universidade Federal de Santa Maria.
Expositor (a): CEAC – Prof. Dr. Manuel Neto, Instituto Superior Politécnico de S. Tomé

15h25 – 15h55 - Discussão e Sistematização

15h55 – 16h10 - Intervalo

16h10 – 17h10
Mesa 2 – O Português nas Organizações Econômicas Regionais: UE, CEDEAO e ASEAN
Moderador(a): Embaixadora Margarida Isata
Expositor (a): UE – Prof. Dr. Carlos Nogueira

Expositor (a): ASEAN – Dra. Vera Lucia Mixtro, Chefe de Departamento de Tradução e de Interpretação da UNMIT

17h10 – 17h40 - Discussão e Sistematização

Dia 04 de JULHO

Dia 04 de Julho de 2012

08h30 – 09h35
Mesa 3 – As organizações plurilíngues e as relações com outras fonias
Moderador(a):Embaixador Arcanjo Maria do Nascimento
Expositor (a): União Africana (UA) – Dr. Moss Lenga, Diretor do Departamento de Tradução e da Rede de

Escolas de Tradução e Interpretação de Conferência da África.
Expositor (a): FÓRUM DE MACAU – Dr. Joaquim pereira da Gama
Expositor (a): Prof. Dr. Amaral Lala, Director Adjunto para a Área Científica do Instituto de Relações Internacionais do Ministério das Relações Exteriores

09h40 – 10h10 - Discussão e Sistematização

10h10 – 10h30 - Intervalo

10h35 – 12h00
Mesa 4 – Tecnologias e Instrumentos Linguísticos para a Presença do Português nos Organismos Internacionais.
Moderador(a): Prof. Dr. António Costa – Instituto Superior de Ciências da Educação, Diretor da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica de Angola
Expositor (a): Profa. Dra. Marisa Mendonça, Maputo, Moçambique.
Expositor (a): Profa. Mestre Alice Tavares, Universidade Gregório Semedo de Luanda
Expositor (a): Profa. Dra. Maria da Graça Krieger, UNISINOS, Brasil

12h00– 12h30 - Discussão e Sistematização

12h30 – 14h00 - Pausa para almoço

14h20 – 15h25
Mesa 5- A Internacionalização da Língua Portuguesa e as Organizações Internacionais.
Moderador (a): Embaixador Helder Lucas
Expositor (a): Prof. Dr. João Pinto, Universidade Lusófona, Lisboa, Portugal
Expositor (a): Mestre Márcio Undolo
Expositor (a): Eng. António Kizeidioco

15h30 – 16h00 - Discussão e Sistematização

16h05 – 17h10
Conferência magistral: Prof. Dr. Louis Jean Calvet, Institut de la Creolistique e de la Francofonie, Aix-en-Provence: As organizações internacionais e suas políticas linguísticas no século XXI: um balanço das ações da Francofonia

17h15 – 17h45 - Discussão e Sistematização

05 de JULHO a 05 de Julho de 2012

08h30 – 11h30
Elaboração da Carta de Luanda: Responsável - Dr. Gilvan Müller de Oliveira (IILP)

11h35 – 12h00
Leitura da Carta de Luanda

12h05 –12h45 - Encerramento